



André Marques Rodrigues

**A VALORAÇÃO DA PROVA EM PROCESSO CIVIL: PROVA LEGAL E
LIVRE APRECIACÃO DA PROVA**

Relatório de Estágio realizado no Juízo
Central Cível de Lisboa, com vista à
obtenção do grau de Mestre em Direito
Forense e Arbitragem

ORIENTAÇÃO

Professora Doutora Mariana França Gouveia

Supervisão Interna

Doutor Rui Oliveira

Março 2020

André Marques Rodrigues

**A VALORAÇÃO DA PROVA EM PROCESSO CIVIL: PROVA LEGAL E
LIVRE APRECIÇÃO DA PROVA**

ORIENTAÇÃO

Professora Doutora Mariana França Gouveia

Supervisão Interna

Doutor Rui Oliveira

Março 2020

“Tudo se vai, apenas a verdade permanece”
DOSTOYEVSKY, Fyodor *in* Os Irmãos Karamazov

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI-PLÁGIO

De acordo com o art.º 22.º do Regulamento do 2.º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar

Lisboa, março de 2020

André Marques Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã e àqueles que, não sendo família, me são igualmente próximos, pelo apoio e motivação incessantes ao longo da minha formação académica e de toda a minha vida;

Aos meus amigos, os de Viseu e de Coimbra, com os quais sempre pude contar e por quem nutro um sentimento de carinho imensurável, os de Lisboa por tão bem me acolherem nesta cidade;

À Prof. Doutora Mariana França Gouveia, pela disponibilidade e orientação nesta etapa;

Ao Dr. Rui Oliveira, de quem levo um exemplo para o futuro, pelos conhecimentos e experiência que me transmitiu;

O meu eterno e sincero, Obrigado.

MODOS DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES

1. O presente relatório foi redigido em língua portuguesa, ao abrigo do novo acordo ortográfico, sem prejuízo de eventuais citações de autores que não o tenham adotado.
2. A presente dissertação obedece às regras de citação de acordo com a norma portuguesa de descrição bibliográfica (NP 405-1)
3. Nas notas de rodapé, a bibliografia é citada de forma abreviada, com referência ao Autor, Título, Volume e Página, por essa ordem.
4. As abreviaturas estão identificadas por ordem alfabética na Lista de Abreviaturas que se segue.
5. Expressões em latim ou língua estrangeira são apresentadas em *itálico*.

O corpo desta dissertação ocupa **133 795 caracteres**

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.º/Arts.º	Artigo/Artigos
C. Civ.	Código Civil
C. Civ. Ita.	Código Civil Italiano
C. Proc. Civ.	Código de Processo Civil
C. Proc. Civ. Ita.	Código de Processo Civil Italiano
Cód. Reg. Civ.	Código de Registo Civil
CVM	Código de Valores Mobiliários
DL	Decreto-Lei
N.º	Número
P./Págs.	Página/Páginas
P.ex.	Por exemplo
Segs.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
Vol.	Volume

RESUMO

O presente relatório tem em vista apresentar o estágio curricular realizado no Juízo Central Cível de Lisboa, desenvolvido no âmbito do Mestrado Forense e Arbitragem. O estágio realizou-se entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020 e consistiu em acompanhar o dia a dia de um Juiz de Direito assistindo a audiências prévias e finais, consultando processos e debatendo questões processuais, sobretudo. Foram realizados alguns trabalhos práticos, como projetos de sentenças e despachos, simulando-se a intervenção que o juiz tem no processo desde a preparação da audiência prévia até a decisão de mérito.

Qualquer sentença de mérito pressupõe a decisão sobre factos que, no momento da sua alegação, são controvertidos; depois da produção de prova sobre eles, cabe ao juiz valorá-la; os factos provados, com base nos quais cabe decidir, são o resultado dessa valoração. O contacto constante com a produção e valoração de prova durante o estágio contribuiu para completar o relatório com exemplos práticos e permitiu uma melhor compreensão do direito probatório, da forma como é entendido pela doutrina e aplicado pelos Tribunais.

O relatório divide-se em duas partes. Na primeira enunciam-se conceitos teóricos basilares sobre a prova e explicam-se os diferentes sistemas de valoração da prova, assim demonstrando em que termos é visto atualmente o direito probatório. Na segunda parte, focamos a nossa atenção na prova por confissão, prova documental, nos casos de inadmissibilidade da prova testemunhal e nos documentos *ad substantiam*. A abordagem a estes temas tem por base a lei, doutrina e jurisprudência sobre os mesmos, com que fundamentamos a nossa apreciação crítica global e, de forma mais abstrata, o confronto entre verdade material e formal.

Palavras-chave: Processo Civil; Prova; Direito Probatório Material e Formal; Prova Livre; Livre Apreciação da Prova; Prova Legal; Confissão, Prova Documental; Inadmissibilidade da Prova Testemunhal; Documento *ad substantiam*; Verdade Material e Verdade Formal

ABSTRACT

The following report was written as a result of an internship in the central civil court of Lisbon, as part of the Masters in Forensic Law and Arbitration, carried out between September 2019 and February 2020. The internship consisted in accompanying the day to day work of a state judge, taking attendance to preliminary and final hearings, studying civil cases and debating relevant civil procedure theoretical questions. Some practical activities were carried out in the form of simulating sentences/verdicts and preparation of preliminary hearings (elaborating the written part of the hearing); lastly, the intervention of the judge during all the procedure was broadly simulated.

The final verdict depends on the facts that were considered proved; the facts are in controversy when the parts first bring them to court; the judge must decide what corresponds to the truth and decide based on that judgment. The report has examples that go along with the theoretical explanation of legal concepts and is the product of a better understanding regarding evidence in Civil Procedure. This was made possible by the direct contact with the way evidence was considered by the judge

The report is divided into two main groups. The first aims to explain essential concepts in regard to evidence and the two systems of judging evidence in Civil Procedure, also aiming to demonstrate the current state of evidence law. In the second group the focus is shifted to specific types of evidence (by confession, documental, inadmissibility of witness deposition and *ad substantiam* documents), taking into account the law, authorities and case law on the subject. All is taken into account to formulate a critical evaluation and to ponder the conflict between material and formal truth

Key-words: Civil Procedure, Evidence, Evidence in the Civil Code, Evidence in the Civil Procedure Code; Free Evidence Judgment; Legal Based Evidence judgement; Confession, Documents, Inadmissibility of Witness Deposition, *Ad Substantiam Document*; Material Truth and Formal Truth

Capítulo Introdutório — O Relatório e o Tribunal

1. O Relatório

A obtenção do grau de Mestre em Direito marca, muito provavelmente, o fim do meu percurso universitário, iniciado em 2014 e com a primeira etapa concluída em 2018, aquando da conclusão da Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Por ver no grau de Mestre um meio para atingir um fim, e não uma simples vontade de acumulação de títulos académicos, encontrei na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa a melhor forma de alcançar o meu desiderato — o ingresso no Centro de Estudos Judiciários — sobretudo pela vertente prática e moderna com que o Direito é pensado e lecionado nesta Faculdade, sendo o complemento perfeito (e necessário) à minha formação conimbricense.

A opção pela elaboração de um relatório de estágio surge na mesma ótica. Muito mais que uma vontade de aprofundar conhecimentos teóricos sobre um determinado tema, move-me a curiosidade de contactar com o mundo prático do Direito, das salas de audiências e gabinetes de magistrados.

Com um Relatório focado na apreciação da prova conseguiu-se o desejado contacto com a *praxis* jurídica que, a meu ver, contribuiu para enriquecer o conteúdo teórico exposto ao longo das suas páginas.

Além de facilitar a compreensão de enunciados doutrinários ou conceitos legais abstratos, o estágio permitiu substituir os exemplos encontrados na doutrina por outros, verdadeiramente concretos. Se os primeiros são vulgarmente chamados “exemplos de escola”, então estes poderão ser chamados “exemplos de tribunal”, igualmente, ou talvez mais, elucidativos.

Assim, a quase totalidade dos exemplos dados ao longo do relatório correspondem àquilo que foi observado no decurso do estágio, uns com adaptações para simplificar a sua análise, outros limitados apenas ao que é relevante e alguns reproduzidos tal como se verificaram.

A doutrina que se debruça sobre o direito probatório é vasta, mas com uma visão essencialmente unitária. As noções avançadas sobre cada meio de prova bem como as construções teóricas sobre interpretação e aplicação dos preceitos de direito probatório são coincidentes, como demonstra a bibliografia citada a propósito de cada tema.

É na sequência da aplicação que é feita do direito probatório nas decisões judiciais que surgem as considerações que tecemos na parte final deste relatório, a propósito da nossa apreciação crítica da lei, doutrina e jurisprudência.

2. O Estágio

O estágio curricular decorreu de setembro de 2019 a janeiro de 2020, no Juízo Central Cível de Lisboa, sob tutoria do Juiz de Direito, Dr. Rui Oliveira.

Inaugurado em 1970, nele funcionam atualmente os juízos centrais e locais cíveis, o tribunal de propriedade intelectual, o juízo de trabalho bem como o Ministério Público cível e de trabalho.

O estágio consistiu em atividades de cariz teórico e prático, sempre na ótica das funções que cabem ao juiz no processo civil.

A nível teórico, o estágio consistiu na consulta dos processos antes da respetiva audiência prévia ou de julgamento e esclarecimento de dúvidas ou debate de questões de direito que, nessa sequência surgiam.

A nível prático, foram elaboradas dois projetos de sentença e um projeto de despacho/ata de audiência prévia.

Da minha perspetiva enquanto estagiário, faço um balanço global totalmente positivo do estágio. Através dele consolidei e aprofundei conceitos e conhecimento de processo civil em geral bem como de direito probatório em específico, tendo desenvolvido grande interesse relativamente a estes temas. O estágio e a elaboração do presente relatório foram um contributo decisivo para a minha formação e crescimento enquanto jurista.

PARTE I

**Considerações teóricas em torno da prova e sistemas de apreciação da prova
(prova livre e prova legal). O exemplo do Direito Italiano**

Capítulo 1. A Prova No Processo Civil Português

1.1. Noção e Função

A prova é “a atividade realizada em processo tendente à formação da convicção do tribunal sobre a realidade dos factos controvertidos”¹, e a sua função é a demonstração da realidade dos factos (art.º 341.º C. Civ.)² — a demonstração da correspondência entre o que é afirmado e o que, na realidade, aconteceu. Seguimos a definição avançada por Castro Mendes segundo a qual “prova é o pressuposto da decisão jurisdicional que consiste na formação através do processo no espírito do julgador da convicção de que certa alegação singular de facto é justificavelmente aceitável como fundamento da mesma decisão”³.

Ou seja, a prova pode ser entendida como a atividade dos sujeitos processuais, pode ser compreendida tendo por referência os elementos objetivos através dos quais se chega aquela demonstração ou ainda como um resultado. No primeiro sentido, “prova é sinónimo de atividade persuasiva da veracidade de certos juízos de facto, pretendendo referir-se às diligências efetuadas com o fim de demonstrar a realidade de determinados factos”⁴. No segundo sentido, “a prova significa os meios através dos quais se procura demonstrar a realidade dos factos”⁵. Vista como um resultado, prova significa a demonstração da verdade dos factos através dos meios utilizados para levar a verdade ao processo. Para Castro Mendes⁶ a prova pode ser definida como meio ou como resultado, sendo esses os dois sentidos que relevam, posição que seguimos.

Ao lado da classificação legal das provas, cuja distinção assenta no meio de prova utilizado para fazer chegar a realidade do facto ao julgador, a doutrina tem feito também uma distinção com base em outros critérios.

¹ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 195

² “Objeto mediato das provas são, pelo menos em regra, factos jurídicos, isto é, factos de que resultam efeitos jurídicos, e cuja prova, portanto, é necessária para a demonstração do direito que se faz valer” in VAZ SERRA, Adriano, *Provas*, p. 74, a propósito do art.º 2404.º do C. Civ. de Seabra, afirmação que se mantém ainda hoje operante relativamente ao atual art.º 341.º C. Civ.

³ CASTRO MENDES, João, *Do conceito de prova em processo civil*, p. 741

⁴ ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 434

⁵ *Idem supra*, p. 435

⁶ CASTRO MENDES, João, *Do conceito de prova em processo civil*, p. 274. Também ALBERTO DOS REIS identifica dois sentidos distintos da atividade probatória: a atividade de alegação e a atividade de demonstração in *Código de Processo Civil Anotado Vol. III*, p. 238

Começamos pelo confronto entre provas pré-constituídas e provas constituídas⁷. As primeiras são aquelas que existem em momento anterior ao da sua necessidade de apresentação em juízo, são elas a prova documental e prova produzida antecipadamente ou prova *ad perpetuam rei memoriam* (art.º 419.º C. Proc. Civ.); as segundas são aquelas que se produzem em juízo (mormente em sede de audiência de julgamento) quando surge a necessidade de, através delas, demonstrar a realidade de um facto, são elas a prova testemunhal, prova pericial e a prova por inspeção judicial.

Distinguem-se as provas imediatas das provas mediatas⁸ ou, noutra terminologia, prova direta e prova indireta⁹. As provas imediatas ou diretas¹⁰ são as que colocam o facto cuja realidade se pretende demonstrar diretamente ao alcance do juiz. As provas mediatas ou indiretas não representam, por si, o facto a provar, carecendo da mediação de outro facto para a demonstração da realidade, são um mero indício — sendo denominadas de *críticas* — do facto a provar (prova por presunções, em que o juiz parte de um facto conhecido para prova de um facto desconhecido, p.ex., um condutor que todos os dias passa no mesmo troço de estrada conhece a sinalização aí existente)¹¹. As provas indiretas são denominadas *históricas* ou *representativas*¹² quando o facto percecionado pelo tribunal representa o facto a provar.

Por último, as provas são pessoas ou reais¹³ consoante o elemento utilizado para formar a convicção do tribunal seja uma pessoa (p.ex., testemunha ou perito) ou uma coisa (p.ex., documento).

Essencial para a compreensão do que é a prova na sua globalidade, é a distinção entre direito probatório material e direito probatório formal. O primeiro encontra-se,

⁷ ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 441 e VAZ SERRA, Adriano, *Provas*, p. 76

⁸ ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 442

⁹ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 209; VAZ SERRA, Adriano, *Provas*, p. 76 e REIS, Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado Vol. III*, p. 242

¹⁰ Por exemplo: quando o Autor afirma que foi ele quem realizou as obras de conservação do imóvel que habita, que foi ele quem o mobilou, que tinha os contratos de fornecimento de água, eletricidade e internet em seu nome, que sempre foi ele que esteve presente nas assembleias de condomínio, está a fazer prova direta do exercício poderes de facto sobre a coisa a que corresponde o *corpus*.

¹¹ Outro exemplo: quando o juiz conclui que o Autor foi informado e compreendeu o risco do produto financeiro que adquiriu quando o Réu demonstra que o Autor havia adquirido mais 20 produtos financeiros ao longo dos 5 anos em que foi cliente do banco; aqui o facto a provar era se o Autor foi informado, o qual se deu como provado através de prova indiciária — a presunção de que quem compra aquele número de produtos financeiros adquire experiência suficiente para compreender os riscos associados

¹² LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa Comum*, p. 235

¹³ ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 442; VAZ SERRA, Adriano, *Provas*, p. 76 e LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa Comum*, p. 236

essencialmente, no Código Civil, que dá uma noção de prova, estabelece as regras relativas à repartição do ónus da prova, delimita o objeto da prova, a admissibilidade dos meios de prova e estabelece os critérios de valoração ou apreciação da prova. Os meios de prova previstos e regulados no Código Civil são os meios de prova típicos, servindo qualquer um deles para provar qualquer facto (salvo exceções), o que corresponde ao princípio da “equivalência ou substituição mútua”¹⁴. São eles a confissão (arts.º 352.º a 361.º), a prova documental (arts.º 362.º a 387.º), a prova pericial (arts.º 388.º e 389.º), a prova por inspeção (arts.º 390.º e 391.º) e a prova testemunhal (arts.º 392.º a 396.º). Resulta *a contrario* do art.º 345.º/2 C. Civ. que é lícito as partes fazerem uso de um meio de prova diverso daqueles (portanto, atípico) quando o objeto do processo não seja um direito indisponível e isso não contrarie a ordem pública. O direito probatório formal encontra-se no Código de Processo Civil, nos arts.º 411.º a 526.º, onde se estabelecem as regras a que deve obedecer a produção de prova no âmbito de um processo, ou seja, “regula a utilização em processo dos meios de prova admissíveis para a demonstração da realidade dos factos”¹⁵. Mas a distinção não se faz por apelo à sua inserção num ou noutro código. É de direito probatório material qualquer disposição que regule o ónus da prova, a admissibilidade e o valor de cada meio probatório, ficando para o direito probatório formal as disposições sobre a tramitação processual dos meios de prova (p. ex.: o momento em que devem ser requeridas e/ou apresentadas)¹⁶. A propósito desta distinção merece destaque o art.º 414.º C. Proc. Civ. que, não obstante, a sua inclusão naquele Código, é considerado um enunciado de direito material, tanto na parte que se refere à dúvida sobre a realidade dos factos como, também, à dúvida sobre a repartição do ónus da prova¹⁷.

¹⁴ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 197

¹⁵ FRANÇA GOUVEIA, Mariana, *A Prova*, p. 332; TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 199 e VAZ SERRA, Adriano, *Provas*, p. 63 e PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 290

¹⁶ REIS, Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado Vol. III*, p. 241 e ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 445

¹⁷ LEBRE DE FREITAS, José, *Código de Processo Civil Anotado, Vol. 2º*, p. 216. Em sentido oposto, TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, “Scientia Iuridica, Tomo XXXIII, 1984” que considera que é norma de direito probatório material na parte em que se refere à realidade dos factos, e formal na parte em que se refere à dúvida sobre a repartição do ónus da prova.

Com estes dados, a distinção entre prova e meios de prova torna-se evidente: os meios de prova são “os modos por que se revelam os factos que servem de fonte das relações jurídicas”¹⁸

1.2. Graus de Eficácia da Prova

É possível estabelecer uma graduação da prova em função da convicção que esta forma no julgador. Quanto ao grau de prova afirma-se que ele “estabelece a medida da convicção que é necessária para que o tribunal possa julgar determinado facto como provado”¹⁹.

Assim, a prova *stricto sensu* é aquela que forma no tribunal uma convicção da realidade do facto de tal modo firme ao ponto de que nem se admite uma realidade diversa da provada (p.ex., uma certidão de óbito faz prova *stricto sensu* da morte de quem nela consta; um relatório de autópsia faz prova *stricto sensu* da causa de morte; o *raio-x* de um braço fraturado faz prova *stricto sensu* de que essa lesão ocorreu, etc.).

Num grau inferior encontramos a mera justificação, que se basta com um juízo de probabilidade ou verosimilhança, o mínimo exigido para se dar um facto como provado, permitindo-se aqui uma margem de dúvida (é verosímil que um homem médio que investe de forma reiterada e prolongada no tempo, em produtos financeiros de risco adquire experiência no que toca ao mercado de capitais; é provável que um prédio urbano com o telhado fortemente danificado tenha, em consequência disso, sofrido infiltrações em virtude de condições meteorológicas adversas — chuva e vento fortes — que se fizeram sentir num certo lapso temporal²⁰).

Em último grau encontramos o princípio de prova (ou prova indiciária) que é insuficiente, por si só, para formar a convicção do julgador no sentido de dar um facto como provado, sendo útil apenas em conjugação com outros elementos. Aqui, o exemplo²¹ merece especial destaque. No âmbito de um litígio relativo a um contrato de seguro automóvel, o montante a que ascendem os danos produzidos no veículo é matéria controvertida; em audiência de julgamento as várias testemunhas pronunciam-se no sentido de terem sido realizadas várias peritagens, avaliações e orçamentos ao veículo,

¹⁸ TOMÉ GOMES, Manuel, *Um olhar sobre a prova em demanda da verdade no Processo Civil*, p. 152

¹⁹ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 200

²⁰ Exemplos adaptados de situações reais observadas durante o estágio

²¹ Exemplo adaptado de situação real observada durante o estágio

todas elas dizendo que o montante é 10.000€ (dez mil euros); é certo que a prova dos danos não carece de ser feita através de prova documental e podem os depoimentos ser considerados credíveis, mas a prova testemunhal seria insuficiente por si só, sendo necessário o documento de onde consta a peritagem para que se apure o montante certo, é esta conjugação de provas, assim motivadas, que torna a conclusão do julgador segura e que permite dar o facto como provado. Tal vale, nos mesmos termos, para o caso em que várias testemunhas afirmam (de forma credível) que o Autor deu um cheque em mão ao Réu. Sem o cheque junto aos autos como documento não poderá o juiz dar tal facto como provado.

1.3. Objeto da Instrução

Nos termos do art.º 410.º C. Proc. Civ. “*a instrução tem por objeto os temas da prova enunciados ou, quando não tenha de haver lugar a esta enunciação, os factos necessitados de prova*”, ou seja, reporta-se exclusivamente a factos, não estando o juiz vinculado às alegações das partes no que toca a questões de direito (art.º 5.º/3 C. Proc. Civ.).

Mas a atividade probatória não recai sobre todos os factos²², só aqueles que relevem para a decisão da causa e que se mantenham ainda controvertidos no momento da audiência de julgamento. Fora dos casos em que há dispensa de audiência prévia (art.º 593.º C. Proc. Civ.), já o juiz elaborou o despacho em que fixa os temas da prova (art.º 596.º/1 C. Proc. Civ.) de onde podem constar os factos assentes (por acordo das partes, por confissão nos articulados ou por prova documental), antecipando a tarefa que, normalmente é feita no momento da sentença, ao abrigo do princípio da adequação formal (art.º 547.º Cód. Proc. Civ) não sendo necessário desenvolver atividade probatória sobre estes. Também dispensados de prova estão os factos que não carecem de alegação (art.º 412.º C. Proc. Civ.).

Mas, nos termos do art.º 341.º e segs. do C. Civ., a prova incide sempre sobre factos pelo que a divergência no texto do artigo entre “temas da prova” e “factos necessitados de prova” “não pode significar que o objeto da instrução varia consoante tenha havido ou não enunciação de temas de prova”²³.

²² LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa Comum*, p. 241

²³ LEBRE DE FREITAS, José, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 2º, p. 205

Capítulo 2. A Apreciação da Prova no Processo Civil Português

2.1. A Formação da Convicção do Juiz

A livre apreciação traduz-se, na sua essência, em liberdade de formação da convicção do julgador, em que a forma de motivar a decisão de facto varia consoante o *facto probando* e o meio de prova utilizado.

O princípio da livre apreciação da prova pode ser entendido de uma vertente objetiva e subjetiva²⁴.

Objetivamente considerado, o princípio diz respeito à interpretação da prova, havendo aqui uma cisão entre interpretação da atividade probatória e avaliação da prova. Ou seja, a prova é produzida perante o juiz na audiência de julgamento, a quem cabe escutar o depoimento das testemunhas, das partes ou peritos, dele retendo aquilo que é relevante para a decisão da causa, mas também o que é relevante para a formação da sua convicção, que se formará num momento posterior. Algo diferente se passa num sistema de prova tarifada, onde, logo após a triagem da factualidade relevante para a decisão da causa, se segue a atribuição do seu valor probatório (pelo legislador), sem qualquer filtragem pela convicção do juiz.

Subjetivamente, este é um princípio que diz respeito ao tribunal, assim como o princípio do pedido, da imediação, do inquisitório o são. Todos eles têm como destinatário o o juiz e orientam a sua atividade bem como se fazem valer perante as partes.

Identificam-se dois modos de obtenção da valoração no sistema de livre apreciação da prova — o íntimo convencimento ou a persuasão racional²⁵.

Seguindo-se um modelo de íntimo convencimento, não há que fundamentar a decisão uma vez que o valor probatório é aferido em função da impressão causada no juiz, muito simplesmente, se ficou ou não convencido sobre a ocorrência ou veracidade de um facto alegado. A não fundamentação da decisão deve-se ao facto de esta ser inútil e não tanto por ser impossível, pois, neste sistema bastaria ao juiz afirmar que dá o facto como provado porque acreditou na testemunha, no perito, na parte ou em documento particular, e dá como não provado quando diz não acreditar nesses mesmos.

Por isso, um tal sistema não pode ser acolhido enquanto modo de efetivar a livre apreciação da prova. A fundamentação baseada numa convicção interna do julgador, por

²⁴ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, p. 123

²⁵ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, p. 130

mais certa ou errada que esteja, será sempre arbitrária e insuscetível de controlo ou verificação.

Com o sistema de persuasão racional²⁶, a decisão de facto exige que sejam seguidos critérios racionalmente percetíveis, ou seja, que através daquilo que se lê na motivação se perceba o porque daquela decisão. Ou seja, as exigências de fundamentação manifestam-se em dois níveis: em primeiro lugar, é necessário que o juiz se socorra daqueles critérios e, em segundo lugar, que haja congruência entre o critério utilizado e a decisão.

Neste aspeto, é a prova testemunhal que oferece os melhores exemplos. O depoimento de uma testemunha é credível na parte em que se refere a datas distantes porque associa essa data a um evento marcante (p. ex.: a testemunha lembra-se do dia certo em que houve uma inundação do prédio onde vive porque era o seu aniversário)

Inversamente, não se dará como provado o facto “data” quando a testemunha, durante a inquirição, responde não se recordar de tanta outra factualidade relevante mas que lhe é desfavorável e saber com exatidão o dia relevante para a procedência da ação em seu favor. Em concreto²⁷, numa ação de reivindicação da propriedade em que a causa de pedir é a aquisição do imóvel por usucapião, a Autora, afirmou apenas saber a data em que o irmão lhe havia doado verbalmente o imóvel, a data em que nele começou a residir e a data em que o irmão morreu, dizendo não se recordar da data em que descobriu que o irmão teria tido uma filha numa relação extraconjugal, mas momentos antes tinha afirmado saber da existência dessa filha — o depoimento da testemunha não mereceu credibilidade porque a mesma respondeu não ter conhecimento dos factos que, a serem dados como provados, tinham como consequência a produção de um efeito jurídico que lhe era desfavorável.

A persuasão racional assume especial relevo quando, não raras vezes, as testemunhas são, como que, “partes interessadas” na causa, na medida em que a testemunha esta numa relação de subordinação com o Autor ou Réu. Exemplos disso, são os trabalhadores de uma seguradora ou banco que é Réu na ação. Estas pessoas são, normalmente, chamadas a depor como testemunha porque tiveram intervenção no caso controvertido, porque foi aquele técnico de seguro que geriu a participação e sinistro em

²⁶ TOMÉ GOMES, Manuel, *Um olhar sobre a prova em demanda da verdade no Processo Civil*, p. 159

²⁷ Exemplo retratado conforme observado durante o estágio

causa, ou porque aquele bancário é o gestor de conta do Autor. Sabendo eles que a condenação do seu empregador significa a sua responsabilização internamente (ou mesmo uma ação de regresso), os seus depoimentos raramente são credíveis pois a tendência é pronunciarem-se no sentido, seja ele qual for, que leve à improcedência da ação.

A prova pericial também reveste particular interesse neste aspeto, por se tratar de conhecimentos especializados que o tribunal carece e que, através dela procurou obter. Não obstante estar sujeita à livre apreciação e, por isso, ser livremente motivável, a verdade é que exige uma fundamentação exaustiva quando o juiz a pretenda contrariar, não por imposição legal, mas sobretudo por questões de credibilidade da sua decisão.

Veja-se o seguinte exemplo²⁸: numa ação de responsabilidade civil por negligência médica em que o Autor afirma que o médico-cirurgião violou as *leges artis* ao cortar um tendão porque um cirurgião normal, ao realizar a mesma cirurgia, conseguiria distinguir claramente entre o tendão e o tumor que lhe cabia remover, veio o relatório pericial que não era possível distinguir entre tendão e tumor naquele caso. Ainda assim o juiz pode dar como provado que sim, era possível distinguir, fundamentando a decisão com pesquisa feita oficiosamente em literatura médica de onde concluiu que, qualquer que seja o tipo de tumor ou seu tamanho, na zona em concreto onde aquele se encontrava (axila), o tendão é facilmente observável pela sua cor, destacando-se do músculo que o envolve e, consequentemente, do tumor.

De tudo isto bem se compreende que a livre convicção do tribunal se forme livremente através das “regras de experiência social, científica ou técnica e por afirmações genéricas de probabilidade causal”²⁹, sempre tendo em vista alcançar a verdade material e não uma meramente formal³⁰.

²⁸ Exemplo adaptado de situação real observada no estágio

²⁹ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, p. 134. ALBERTO DOS REIS chamava-lhe o “princípio da crítica sã” precisamente por ser exigida uma valoração não arbitrária, mas lógica e em observância das máximas da experiência in *Código de Processo Civil Anotado Vol. III*, p. 244

³⁰ ANDRADE, Manuel de, *Noções Elementares de Processo Civil*, p. 356

2.2. O Princípio da Livre Avaliação da Prova

No art.º 607.º/5 do C. Proc. Civ.³¹ lê-se que “*o juiz aprecia livremente as provas segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto; a livre apreciação não abrange os factos para cuja prova a lei exija formalidade especial, nem aqueles que só possam ser provados por documentos ou que estejam plenamente provados, quer por documentos, quer por acordo ou confissão das partes.*”.

Está aqui consagrado o princípio da livre apreciação da prova, que assume carácter eclético entre o sistema de prova livre (“*o juiz aprecia livremente as provas*”) e o sistema de prova legal (“*a livre apreciação não abrange (...)*”).

Assim, o tribunal aprecia livremente a prova testemunhal (art.º 396.º C. Civ. e arts.º 495.º a 526.º C. Proc. Civ.), bem como os depoimentos e declarações de parte (arts.º 452.º a 465.º e 466.º C. Proc. Civ., respetivamente), exceto na parte em que constituam confissão; a prova por inspeção (art.º 391.º C. Civ. e arts.º 490.º a 494.º C. Proc. Civ.); a prova pericial (art.º 389.º C. Civ. e arts.º 467.º a 489.º C. Proc. Civ.); e ainda no caso dos arts. 358.º/3 e 4, 361.º, 366.º, 371.º/1, 2ª parte e /2, 376.º/3, todos do C. Civ..

Estão subtraídos à livre apreciação os factos para qual a lei exija formalidade especial, é o que acontece com documentos *ad substantiam* ou *ad probationem* (cfr. os já referidos exemplos do art.º 875.º e 947º/1 C. Civ.); também a confissão quando feita nos termos do art.º 358.º/1 e 2 C. Civ.; e aqueles que resultam provados por aplicação dos art.º 574.º/2 C. Proc. Civ..

Com a consagração deste princípio, o juiz deixa de ser um mero autómato ao qual cabe apenas associar factos a provas e decidir consoante a valoração que foi previamente feita pelo legislador para passar a ter um poder de exercício não vinculado, que se vem juntar aqueles que tradicionalmente lhe são reconhecidos de direção e decisão do processo.

Mas o princípio da livre apreciação da prova só se pode compreender quando considerado em conjunto com o dever de fundamentação da decisão de facto³², consagrado no art.º 607.º/4 C. Proc. Civ.. Como dissemos, é esta fundamentação que torna

³¹ O C. Proc. Civ. de 1961 dedicava um preceito à livre apreciação da prova, o art.º 655.º com a epígrafe “Liberdade de Julgamento”, interpretado por CASTRO MENDES em sentido essencialmente semelhante aquele que perfilhamos atualmente cfr. *aut. cit.*, *Direito Processual Civil Vol. II*, p. 458

³² TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, p. 143.; RAMOS, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, p. 540 e PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 292

a decisão sindicável, tendo de abranger toda a prova produzida e com relevância para a decisão da causa, sendo nula a sentença que não o faça (art.º 615.º/1/b C. Proc. Civ.).

Dada a importância que a fundamentação reveste, o julgador deve ser exaustivo na sua elaboração, abordando o resultado da atividade probatória com precisão e clareza, para que os destinatários da sua decisão, sejam as partes ou a comunidade como um todo, a compreendam.

Portanto, não basta o juiz indicar, na motivação, que o facto está provado por documento, por depoimento de uma qualquer testemunha, por perícia, por inspeção, etc., limitando-se a indicar o meio de prova utilizado, ou seja, “o dever de motivação não se pode reduzir à indicação da fonte de informação sem especificar o conteúdo por ela transmitido, pós assim não se assegura a racionalidade da fundamentação, a qual deve ser perceptível por uma demonstração lógica e por uma argumentação consensual”³³. Pelo que nunca poderá satisfazer as exigências de fundamentação, ainda que diga respeito a documento autêntico, a motivação que se limite a indicar a que folhas (fls.) do processo se encontra o documento.

³³ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, p. 144-145

Capítulo 3. A Prova no Processo Civil Italiano

3.1. Noção e Função

A doutrina italiana³⁴ define prova como o meio através do qual se revelam factos que, através dele, se demonstram permitindo formar a convicção de que correspondem à realidade. Embora não exista um preceito semelhante ao nosso art.º 341.º no C. Civ. Ita., também é apontada uma função de conversão dos factos alegados (hipotéticos) em factos provados, ou seja, a função é conseguir um acerto³⁵ da factualidade alegada para que coincida com a verdade histórica para que o juiz decida o pleito em conformidade³⁶.

Tal como no direito português, é feita uma clara distinção entre prova e meios de prova, estes são todos os meios através dos quais a prova chega ao processo³⁷.

É feita uma classificação das provas com uma tipologia em tudo igual ao que já foi dito quanto ao nosso ordenamento jurídico. Distingue-se³⁸ entre prova direta e indireta e, dentro das indiretas, entre prova crítica e prova histórica; entre prova pré constituída e prova constituídas e acrescenta-se a diferença entre prova positiva e prova contrária consoante se pretenda demonstrar a existência ou inexistência de um facto³⁹, respetivamente. Esta distinção entre prova direta e prova contrária parece-nos corresponder apenas a uma mera construção doutrinária (pouco presente na doutrina portuguesa) sem sentido prático, uma vez que a prova dos factos se faz pela positiva, entendimento que vai de acordo quer com o art.º

³⁴ LIEBMAN, Enrico, *Manuale di Diritto Processuale Civile*, p. 318; REDENTI, Enrico, *Diritto Processuale Civile* 2, p. 63 e MANDRIOLI, Crisanto, *Corso di Diritto Processuale Civile II*, p. 156

³⁵ COMOGLIO, Luigi, *Trattato di Diritto Privato — Tutela dei Diritti*, p. 177

³⁶ MONTESANO, Luigi, *Diritto Processuale Civile II*, p. 136

³⁷ O Autor citado supra admite que prova possa ser sinónimo de meio de prova quando entendida aquela como tudo “o que pode servir para formar o convencimento do juiz”, mas faz a distinção afirmando que prova é o resultado que o meio de prova visa obter.

³⁸ MONTESANO, Luigi, *Diritto Processuale Civile II*, p. 150

³⁹ MONTESANO, Luigi, *Diritto Processuale Civile II*, p. 151 e LIEBMAN, Enrico, *Manuale di Diritto Processuale Civile*, p. 344

2697.º C. Civ. Ita. e art.º 342.º C. Civ., ambos prevendo que cabe aquele que se arroga um direito fazer prova da sua existência⁴⁰.

3.2. Graus de Eficácia da Prova

No direito italiano, identifica-se uma “hierarquia tripartida”⁴¹ de graus de eficácia probatória com a prova legal no vértice, seguindo-se a prova livremente apreciável e, por último, o princípio de prova⁴². Tal como no direito português, a eficácia de um meio de prova, entendida como a sua aptidão para formar a convicção do tribunal, apenas releva a propósito da prova livre uma vez que, sendo o valor probatório definido por lei, a sua eficácia está já definida pelo legislador.

Quanto à prova livre, distingue-se entre prova propriamente dita (ou prova *stricto sensu*) e prova de verosimilhança (ou mera justificação), valendo tudo o que foi dito a propósito do ordenamento jurídico português. A prova propriamente dita permite formar uma convicção de certeza quanto à ocorrência do facto enquanto a prova de verosimilhança apenas permite concluir que é provável a verificação do facto que se pretende demonstrar, sendo essa probabilidade suficiente para dar o facto como provado.

O princípio de prova, só por si, não é suficiente para afirmar como provável ou verdadeiro certo facto, carecendo de ser conjugado com outros meios probatórios para servir na fundamentação da decisão de facto.

⁴⁰ O direito português vai mais longe e consagra uma norma especial de distribuição do ónus da prova em ações de simples apreciação negativa — art.º 343.º/1 C. Civ. — nas quais cabe ao réu fazer prova da existência do seu direito, não cabendo ao autor a prova da sua não existência cfr. ANTUNES VARELA, João, *Código Civil Anotado Vol. I*, p. 307 e PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 308

⁴¹ LIEBMAN, Enrico, *Manuale di Diritto Processuale Civile*, p. 325 e MANDRIOLI, Crisanto, *Corso di Diritto Processuale Civile*, p. 172

⁴² A tradução literal seria “argumento de prova”, mas a figura corresponde ao princípio de prova do direito português

3.3. O Princípio da Livre Avaliação da Prova — Art.º 116.º C. Proc.

Civ. Ita.

Também aqui se questiona se é o juiz livre ou vinculado na apreciação da prova. Responde o art.º 116.º C. Proc. Civ. Ita.⁴³ que o juiz valora prova segundo a sua prudente apreciação⁴⁴, salvo nos casos em que a lei disponha o contrário, numa formulação coincidente com a do art.º 607.º/4 e 5 C. Proc. Civ. português. O elemento literal “prudente apreciação” assume especial importância, na medida em que é este o critério orientador da valoração da prova a fazer pelo juiz. Não se pretende que o julgador tenha um poder discricionário, mas sim que obedeça a uma cláusula geral de racionalidade na valoração e na fundamentação da decisão de facto⁴⁵.

A limitação corresponde às situações de prova legal em que o valor probatório é definido por lei de forma taxativa, tendo por base critérios gerais e abstratos, sobrepondo-se a valoração abstrata do legislador à valoração concreta do juiz⁴⁶.

É o caso da confissão (arts.º 2730.º e segs. C. Civ. Ita.), pois entendeu o legislador que aquele que admite em juízo um facto que lhe é desfavorável, é porque esse facto é verdade. Assim, o legislador estabeleceu que a confissão faz prova plena, sem necessidade de o juiz indagar da sua credibilidade⁴⁷. Antevendo como possível a situação (indesejável) de que fique dado como provado um facto que não corresponde à realidade por virtude da força probatória da confissão, o legislador estabeleceu um importante limite — é que só vale como prova legal nos processos em que o objeto do processo é um direito disponível.

Também assim é no que toca aos documentos feitos por oficial público (art.º 2700.º C. Civ. Ita.) e documentos particulares não impugnados (art.º 2702.º C. Civ. Ita.).

Por último, também no que toca ao juramento (arts.º 2736.º e segs. C. Civ. Ita.), que não admite prova em contrário uma vez prestado.

⁴³ MANDRIOLI, Crisanto, *Corso di Diritto Processuale Civile, Vol. I*, p. 105; LIEBMAN, Enrico, *Manuale di Diritto Processuale Civile*, p. 335; MONTESANO, Luigi, *Diritto Processuale Civile II*, p. 156 e PUNZI, Carmine, *Diritto Processuale Civile*, p. 226

⁴⁴ MANDRIOLI, Crisanto, *Corso di Diritto Processuale Civile, Vol. I*, p. 168

⁴⁵ ROTA, Fabio in *Commentario Breve al Codice de Procedura Civile*, p. 488

⁴⁶ LIEBMAN, Enrico Tullio, *Manuale di diritto processuale civile*, p. 336; MONTESANO, Luigi, *Diritto Processuale Civile*, p. 157 e REDENTI, Enrico, *Diritto Processuale Civile 2*, p. 67

⁴⁷ LIEBMAN, Enrico, *Manuale di Diritto Processuale Civile* p. 337

Assim, prova legal e livre apreciação da prova constituem opostos, mas a existência de um não exclui o outro, podendo coexistir, como atualmente coexistem, no mesmo sistema.

Capítulo 4. Sistemas de Valoração da Prova

4.1. Prova Legal ou Tarifada

O sistema de prova legal manifesta-se na prova por confissão, prova documental e prova por presunções legais.

Um sistema de prova legal caracteriza-se pela existência de normas jurídicas aplicáveis ao direito probatório de modo que a circunstância de um facto se dar como provado ou não provado resulta de imposição legal e não é fruto do raciocínio do julgador quando confrontado com a prova em si⁴⁸. Ou seja, as provas carreadas para um litígio têm — no sistema de prova legal — o resultado da sua avaliação definido ainda antes da sua produção em audiência de julgamento e valoração no momento da sentença. Não na medida em que é a lei a dar um facto como provado ainda antes de ele ser relevante no contexto de um litígio porque tal seria um absurdo lógico, mas porque é a lei que define que meios de prova e em que medida esses meios de prova permitem dar um facto como provado (ou não).

Em suma, “a questão da prova converte-se em matéria do domínio do legislador, já que cabe a este a definição de um conjunto de regras, pleno e estanque, que possuirá a virtualidade de conter resposta para qualquer questão sobre os factos levados a juízo”⁴⁹.

Assim pré-determinado o valor, este pode ser positivo ou negativo⁵⁰. Se a lei impõe que à prova seja dado determinado valor então é positivo; inversamente, se a lei proíbe que lhe seja atribuído qualquer valor, é negativo.

Tendo valor negativo, este pode apresentar-se como reflexo da prova legal positiva ou autonomamente⁵¹.

Enquanto reflexo da prova legal positiva, subdivide-se em categorias: diz-se “determinante” quando o resultado da valoração de certo meio de prova é imposto por lei e, estando o processo instruído com esse meio, fica prejudicado o recurso a qualquer outro para prova do mesmo facto; diz-se “excludente” quando a lei exige, para prova de certo facto, o recurso a determinado meio de prova com exclusão de outros. Os meios de prova ditos determinantes distinguem-se dos excludentes pois aqueles contém já em si o resultado probatório, não sendo admitido outro para prova delas (p. ex.: a prova que as

⁴⁸ TOMÉ GOMES, Manuel, *Um olhar sobre a prova em demanda da verdade no Processo Civil*, p. 159

⁴⁹ CALHEIROS, Maria Clara, *Para uma Teoria da Prova*, p. 39-40

⁵⁰ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 237

⁵¹ CASTRO MENDES, João, *Do conceito de prova em processo civil*, p. 416 e segs.

declarações foram feitas quando exaradas em documento autêntico), enquanto estes apenas requerem um meio de prova específico para prova dos factos (p. ex.: os documentos *ad probationem*).

Quando se apresenta autonomamente, caracteriza-se pela simples proibição de utilização de meios de prova. Assim é por força dos arts.º 393.º e 394.º C. Civ., que proíbem o recurso à prova testemunhal nos casos aí estatuídos.

No campo da prova legal é possível ainda distinguir entre “prova pleníssima, prova plena e prova bastante”⁵².

A prova pleníssima⁵³ é aquela que não admite contraprova, nem prova em contrário. Nesta categoria integram-se as presunções *iuris et de iure* (art.º 350.º/2, *in fine* C. Civ.), assim se presume de má fé a posse adquirida por violência (art.º 1260.º/3 C. Civ.), por exemplo. Embora não seja possível ilidir a presunção, será sempre possível ilidir a sua base⁵⁴. Naquele exemplo, basta provar que a posse não foi adquirida para violência para que não opere a presunção.

A prova plena⁵⁵ é aquela que, para impugnação, é necessária prova em contrário (arts.º 347.º e 350.º/2 C. Civ.). Assim será com os documentos autênticos que fazem prova plena do conteúdo que nele consta (art.º 371.º/1 C. Civ.), sem prejuízo de ser arguida a sua falsidade (art.º 372.º/1 C. Civ.). O mesmo raciocínio vale para as presunções *iuris tantum* (art.º 350.º/2 C. Civ.), como é exemplo a presunção de desconformidade originária da obra em empreitada de consumo, quando o defeito se manifeste dentro dos dois ou cinco anos a contar da entrega da coisa consoante se trate de móvel ou imóvel respetivamente (art.º 3.º/2 DL n.º 67/2003).

Por último, a prova bastante caracteriza-se por bastar a mera contraprova para a sua impugnação, ou seja, a colocação do julgador num estado de dúvida quanto à verdade do facto (art.º 346.º C. Civ.). Assim se distingue prova em contrário de contraprova⁵⁶ — aquela, mais do que criar um estado de dúvida, tem de demonstrar a não realidade do facto. Assim, numa ação em que o arrendatário reclama do locador o gozo pacífico da coisa locada, se o Autor afirma que o senhorio visitava a habitação arrendada três dias

⁵² CASTRO MENDES, João, *op. cit. supra*, p. 413

⁵³ PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 294

⁵⁴ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 238

⁵⁵ PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 293

⁵⁶ PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 293

por semana e nenhuma testemunha afirma ter visto o senhorio no prédio alguma vez, surge a dúvida implicando que, na falta de melhor prova, se dê o facto como não provado.

4.1.1. Apreciação Crítica do Sistema de Prova Legal

Não obstante as várias teorias quanto à conceção de prova, não se duvida que a sua finalidade é a demonstração da verdade no processo.

São várias as tentativas de justificação, mas nenhuma colhe⁵⁷

Ora, se a prova visa criar no julgador a convicção de que certo facto corresponde à realidade e, por isso, fica provado, torna-se difícil compreender como um sistema de prova legal se compatibiliza com esta noção, mas, sobretudo, aquela finalidade. Não pode a prova legal ser vista como uma exceção ao convencimento do juiz pois esse convencimento não é uma regra ou princípio, mas sim o resultado que se pretende alcançar como a atividade probatória.

Também não faz sentido quando é tratada como a formação de uma convicção formal que leva a uma verdade também ela formal, é um contrassenso falar em “convicção” quando ela resulta da observância de ditames legais, reduzindo-se a atividade probatória a uma mera operação matemática em que a validade do seu resultado se mede pela verificação de certos passos.

Também não é convencimento do legislador. Repousando a prova legal sempre sobre uma presunção que é feita pelo legislador, não se pode aceitar que todas as conclusões retiradas de certos factos probatórios sejam verdadeiras (embora formalmente o sejam). Além disso, o legislador pode desempenhar o mesmo papel que o julgador. É certo que este define a justa regulação dos litígios, mas faz isso apenas em abstrato e não se dúvida que pode regular, como regula, certas categorias probatórias (tão notório na prova documental, na parte em que se trata de documentos autênticos ou autenticados), mas as previsões legais não são sentenças nem prova em si mesmas.

O seu tratamento como ficção de convicção do julgador é igualmente absurdo. Quem admite essa ficção está simultaneamente a admitir que a realidade é diversa daquela que se ficciona.

⁵⁷ CASTRO MENDES, João, *Do conceito de prova em processo civil*, p. 416-425

Desta forma, prova legal não combina com a própria finalidade de prova. Se a verdade é para ser demonstrada no processo, então que seja nele produzida, tendo o julgador como seu destinatário uma vez que terá que a valorar.

Tecemos também críticas aos limites legais de admissibilidade dos meios de prova, sobretudo os relativos à prova testemunhal, cuja justificação passa pela falibilidade⁵⁸ deste meio de prova. É compreensível o receio do legislador mas parece-nos que a solução peca por excesso ao impedir liminarmente a produção de prova testemunhal, esquecendo que este poderia ser um meio de se alcançar a verdade material.

No fundo, entendemos que a consagração de um sistema de prova puramente legal leva a uma valorização da verdade formal em detrimento da verdade material.

Não obstante, reconhece-se mérito à passagem por este sistema no processo de evolução da forma de valoração da prova. O seu maior contributo é a segurança jurídica⁵⁹ resultante da predeterminação do valor de certos meios de prova, feita pelo legislador ainda que as partes que se servem desses meios desconheçam o valor jurídico de cada meio de prova. Concretizando, quando as partes se socorrem de escrituras ou documentos particulares, não o fazem pensando que estes são um meio de prova legal, mas sim porque a redução a escrito de um contrato confere a este uma base física, da qual se poderão socorrer em caso de litígio. O mesmo argumento de segurança jurídica vale para a prova por confissão judicial, em que a sua redução a escrito permite sedimentar como provados os factos confessados, garantido que este vão ser tidos em conta como tal pelo juiz no momento da decisão, além de que impede a sua posterior impugnação em recurso⁶⁰, e para a confissão extrajudicial uma vez que esta só tem força probatória plena quando reduzida a escrito.

4.2. Prova Livre

O sistema da prova livre caracteriza-se, no seu máximo, pela ausência de quaisquer critérios legais de atribuição de valor probatório aos meios de prova; as provas são livremente apreciadas pelo juiz que, assim, forma a sua convicção quanto a realidade ou

⁵⁸ ALBERTO DOS REIS, José, *Código de Processo Civil Anotado Vol. IV*, p. 360

⁵⁹ ALBERTO DOS REIS, José, *Código de Processo Civil Anotado Vol. IV*, p. 568

⁶⁰ A impugnação da decisão de facto que tem por base meios de prova legal só é possível quando tenha havido erro de direito, ou seja, quando tenha sido desrespeitada essa força probatória. Caso isso não se verifique, também a Relação está vinculada à força probatória plena dos meios de prova legal cfr. ABRANTES GERALDES, António, *Recursos no Novo C. Proc. Civ.* p. 289 e 319

não (verificação ou não) de certo facto. Nas palavras de Teixeira de Sousa, “a lei não predetermina o valor da prova produzida através de um certo meio de prova, incumbindo ao tribunal formar a sua convicção sobre a prova apresentada”⁶¹.

A prova é, então, apreciada segundo o princípio da livre apreciação da prova, segundo o qual “o juiz deve basear a sua decisão numa íntima convicção livremente formada sobre o exame e avaliação dos motivos probatórios reunidos no processo”⁶².

No entanto, a ausência de critérios legais não significa que a decisão sobre a matéria de facto fica entregue ao arbítrio do julgador, nem tanto pode ser uma decisão aleatória — não é isso que se pretende com a livre apreciação.

É certo que não é cientificamente demonstrável que uma testemunha está a mentir ou a dizer a verdade (ou pelo menos, aquilo que considera ser verdade), pelo que a convicção formada pelo tribunal nunca será de ordem científica, mas será íntima. Não se funda em critérios objetivos, mas sim subjetivos.

O que se exige é que a convicção assim obtida seja motivada, ou seja, que seja fruto de um raciocínio que, embora interno, é possível exteriorizar na motivação da decisão de facto, sendo possível acompanhá-lo desde o seu ponto de partida até ao seu ponto de chegada. Essencial é que se perceba o porquê do caminho percorrido, garantindo assim a bondade da decisão (de dar certo facto como provado ou não provado) e a sua sindicância, ou seja, é uma “convicção argumentativa”⁶³.

A ausência de valor legalmente pré definido significa que a prova que se obtém através do modelo da livre apreciação é apenas prova bastante (art.º 346.º C. Civ.), cedendo perante contraprova.

4.2.1. Apreciação Crítica do Sistema de Prova Livre

Um sistema de prova livre não existe, na sua forma mais pura, em qualquer ordenamento jurídico, como nos salienta Maria Calheiros “existe uma relação entre a adesão a um sistema de prova livre e um conjunto de preocupações que cruzam a necessidade de garantir a segurança e a certeza jurídica, com maior ou menor desconfiança em relação ao poder atribuído a uma classe de juizes profissionais.”⁶⁴.

⁶¹ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 238

⁶² CASTRO MENDES, João, *Do conceito de prova em processo civil*, p. 165-166

⁶³ TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, p. 239

⁶⁴ CALHEIROS, Maria Clara, *Para uma Teoria da Prova*, p. 52

Ainda que não exista prova livre em toda a sua extensão, podemos ensaiar, em abstrato, as vantagens de um tal sistema.

A ausência de quaisquer critérios legais poderia resultar numa decisão mais próxima de cada caso concreto pois, livre das “amarras” de qualquer resquício de prova legal, qualquer decisão de facto seria justa desde que motivável e concretamente motivada. Ou seja, torna-se mais fácil alcançar um resultado probatório correspondente à verdade material.

O argumento da desconfiança também não colhe porque ela sempre existirá, vinda de um público que critica qualquer decisão que vá contra o seu sentido de justiça popular.

Mas esta argumentação cai perante os valores da certeza e segurança jurídica que, daquela forma, ficariam intoleravelmente comprimidos.

Parece-nos que um sistema de prova livre puro pode conduzir a resultados arbitrários, tanto em função da valoração que é feita pelo juiz como nos meios de prova que são carreados para o processo pelas partes. A ausência de qualquer disposição legal sobre valoração de prova exige um maior esforço de fundamentação que, por sua vez, carece de um duplo grau de jurisdição em recurso de matéria de facto⁶⁵ que, nem assim pode ser suficiente, uma vez que a valoração feita pelos tribunais superiores será feita nos mesmos termos, sem regras. Já as partes conseguiram manipular o resultado probatório consoante os meios de prova apresentados, suscetíveis ou não de revelar os factos relevantes, consoante pretendam a procedência ou improcedência de um processo simulado. Mesmo litigando de boa-fé, de nada valerá a prova documental que uma das partes entendeu por bem elaborar junto com a contraparte (em função da já referida vantagem de elaboração de um suporte físico para prova posterior) quando ela pode simplesmente ser desconsiderada pelo juiz em função de qualquer outro meio de prova

⁶⁵ FRANÇA GOUVEIA, Mariana, *A prova*, p. 332

PARTE II

**Confissão, Prova Documental, Inadmissibilidade da Prova Testemunhal,
Documentos *ad substantiam* na Lei, Doutrina e Jurisprudência
Apreciação Crítica Global**

Capítulo 1. Confissão

1.1. Noção

A confissão é o reconhecimento da realidade de um facto desfavorável à parte que o afirma como verdadeiro e que favorece a parte contrária (art.º 352.º C. Civ.). São três os seus elementos caracterizadores: o reconhecimento, expresso ou tácito; da realidade de um facto⁶⁶; desfavorável ao confitente e favorável à parte contrária⁶⁷. A intenção de confessar ou *animus confitendi*⁶⁸ é irrelevante, bastando o reconhecimento do facto sem se exigir o elemento volitivo de produzir uma declaração confessória. Portanto, a confissão não é uma declaração de vontade, mas sim uma declaração de ciência a que a lei liga um efeito jurídico a nível probatório.

Uma declaração com estas características só adquire eficácia como confissão caso seja feita por quem tenha capacidade e poder para dispor do direito a que o facto confessado se refere, como previsto no art.º 353.º C. Civ.. Enquanto ato jurídico, a capacidade que se exige é a capacidade jurídica (art.º 67.º C. Civ.). A referência ao “poder para dispor” do direito desdobra-se em duas vertentes. Em primeiro lugar, apenas podem ser confessados factos relativos a direitos disponíveis, em segundo, a confissão deve provir de quem efetivamente tem poder⁶⁹ para dispor⁷⁰ desses direitos.

O C. Civ., no art.º 355.º/1 prevê e define duas modalidades⁷¹ (judicial e extrajudicial) de confissão.

A confissão é judicial quando feita em juízo, independentemente de ser no tribunal competente, em tribunal arbitral ou processo de jurisdição voluntária, mas só vale como tal no processo em que é feita⁷². A confissão judicial diz-se espontânea quando feita nos articulados ou através de ato processual da parte ou de mandatário com poderes especiais, considera-se provocada nos casos em que resulta da prestação de depoimento de parte por

⁶⁶ Com isto se distingue a confissão da mera admissão de um facto. A confissão pressupõe que o confitente sabe ou está convencido que o facto que reconhece corresponde à verdade. Inversamente, a mera admissão do facto significa apenas que a parte o aceita como verdadeiro, ainda que não saiba se é ou não — cfr. CRUZ, Rita in *Comentário ao Código Civil*, p. 827

⁶⁷ PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *A Prova em Direito Civil*, p. 31 e LEBRE DE FREITAS, *A Confissão no Direito Probatório*, p. 58-62

⁶⁸ CASTRO MENDES, João, *Direito Processual Civil — Vol. II*, p. 467

⁶⁹ A capacidade a que se refere o art.º 353.º/1 C. Civ., pressupõe que seja previamente determinado o titular deste poder e delimitado o seu conteúdo cfr. LEBRE DE FREITAS, *A Confissão no Direito Probatório*, p. 88

⁷⁰ “Dispor” em sentido amplo ou lato, significando “toda a declaração de vontade dirigida à modificação das situações jurídicas preexistentes” cfr. LEBRE DE FREITAS, José, *A Confissão no Direito Probatório*, p. 77

⁷¹ ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 541 e ss., e LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa*, p. 298

⁷² Art. 355.º/2 C. Civ., e LEBRE DE FREITAS, José, *A Confissão no Direito Probatório*, p. 272

determinação do juiz ou por requerimento da parte contrária. O depoimento é prestado oralmente e gravado, sendo reduzido a escrito na parte em que houver confissão, sob pena de nulidade que, caso seja arguida, impede que tenha valor de confissão, em função do previsto no art.º 361.º C. Civ.⁷³. A confissão judicial diz-se⁷⁴ expressa quando prestada por escrito ou por depoimento reduzido a escrito, e tácita (ficta ou presumida) quando decorrente da não contestação ou não impugnação dos factos alegados (arts.º 567.º e 574.º C. Proc. Civ.)

Por exclusão, é extrajudicial qualquer confissão feita por modo diverso da confissão judicial (art.º 355.º/4 C. Civ.). Diz-se escrita se constar de documento, autêntico ou particular; e oral se for feita verbalmente.

1.2. Força Probatória

A força probatória da confissão está prevista no art.º 358º C. Civ., e varia consoante esta é judicial ou extrajudicial.

Para que adquira valor de prova plena, a confissão judicial tem de ser reduzida a escrito (art.º 358.º/1 C. Civ.), parecendo seguro afirmar que qualquer confissão judicial terá essa força probatória pois ou ela resultará dos articulados⁷⁵, ou, resultando de depoimento ou declarações de parte, é sempre reduzida a escrito em cumprimento do disposto no art.º 463.º/1 C. Proc. Civ., aplicável às declarações de parte *ex vi* art. 466.º/2 C. Proc. Civ..

A força probatória da confissão extrajudicial escrita é determinada por remissão para o regime dos documentos autênticos (art.º 371.º C. Civ.) ou particulares (art.º 376.º C. Civ.), em função do tipo de documento que contenha a confissão. Sem prejuízo do que se dirá a propósito da prova documental, adianta-se já que, tratando-se de documento autêntico, a confissão nele contida terá sempre força probatória plena, caso não seja arguida a falsidade do documento, conforme o preceituado nos arts.º 371.º e 372.º C. Civ.. Se estamos perante documento particular, só aquele que é assinado confere valor de prova

⁷³ LEBRE DE FREITAS, José, *Código de Processo Civil Anotado — Vol. II*, p. 302

⁷⁴ PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *A Prova em Direito Civil*, p. 40

⁷⁵ Não se pode classificar como confissão o efeito processual — efeito cominatório semipleno — decorrente da revelia do réu (art.º 567.º/1 C. Proc. Civ.) por faltar o reconhecimento da realidade de um facto como explicado *supra* (nota 1) e LEBRE DE FREITAS, José, *Introdução ao Processo Civil*, p. 116, *A Confissão no Direito Probatório*, p. 272, *A Ação Declarativa*, p. 320.

plena à confissão que dele conste⁷⁶. Em qualquer caso, o documento carece de ser dirigido à parte contrária para que faça prova plena contra o confitente⁷⁷.

Sendo verbal, a confissão extrajudicial fica sujeita à livre apreciação do julgador se, para a provar, seja admitida prova testemunhal⁷⁸.

1.3. Modo de Contrariar a Força Probatória⁷⁹

O art. 347.º C. Civ. estabelece, como regra geral, que a forma de contrariar a força probatória plena dos meios de prova legal é feita através da demonstração de que os factos revelados por esses mesmos meios de prova não correspondem à realidade, mas termina com remissão para mecanismos especiais de destruição dessa força probatória.

O art.º 359.º C. Civ. é uma dessas restrições e dispõe sobre a declaração de nulidade e anulação da confissão. A leitura daquele preceito, na parte a que se refere aos “termos gerais”, deve ser feita tendo em conta que este meio de prova se traduz numa declaração de ciência, uma vez que os fundamentos de nulidade ou anulação para os quais se remete foram consagrados a propósito de declarações de vontade no contexto dos negócios jurídicos.

Deste modo, a declaração confessória é insuscetível de ser simulada⁸⁰ em si mesma, mas pode traduzir-se na afirmação de um facto que o declarante sabe não corresponder à verdade e que, ainda assim, afirma como verdadeiro no contexto de uma simulação negocial ou com intuito de defraudar a lei.

Como qualquer declaração de ciência, pode ser produzida por coação física⁸¹, com falta de consciência ou seriedade⁸² ou com erro na declaração⁸³, o que exclui, respetivamente, a vontade de declarar, a consciência da declaração que se está a fazer e a consciência do conteúdo da declaração, ainda que o facto afirmado corresponda à realidade⁸⁴.

⁷⁶ LEBRE DE FREITAS, José, *A confissão no Direito Probatório*, p. 283

⁷⁷ BARBOSA CRUZ, Rita, *Comentário ao Código Civil*, p. 837

⁷⁸ Os casos de admissibilidade de prova testemunhal resultam dos arts.º 392.º e 393.º, *a contrario*, ambos do C. Civ.

⁷⁹ Para mais desenvolvimentos *vide* LEBRE DE FREITAS, José, *A Confissão no Direito Probatório*, p. 697 e ss.

⁸⁰ Sobre a simulação, MOTA PINTO, Carlos, *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 466; MENZES CORDEIRO, *Tratado Vol. I Tomo I*, p. 631 e FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos V*, p. 102

⁸¹ Sobre a coação física cfr. MENZES CORDEIRO, António, *Tratado Vol. I Tomo I*, p. 588; FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos V*, p. 101 e MOTA PINTO, Carlos, *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 529

⁸² Sobre a falta de consciência cfr. MENEZES CORDEIRO, António, *op. cit. supra*, p. 575; FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *op. cit. supra*, p. 99 e MOTA PINTO, Carlos, *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 490

⁸³ Sobre o erro na declaração cfr. MENEZES CORDEIRO, António, *op. cit. supra*, p. 609; MOTA PINTO, Carlos *op. cit. supra*, p. 492 e FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *op. cit. supra*, p. 122

⁸⁴ LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa*, p. 311

Também o erro-vício⁸⁵ é fundamento de anulação da confissão. São os casos em que o confitente declara, erroneamente, ser verdadeiro um facto por acreditar que ele se verificou, ou por acreditar que certa situação de facto não corresponde à verdade e, por isso, não a nega. Abrange também as situações de ignorância quanto à ocorrência de um facto sem cuja verificação o facto confessado não podia existir. Nestes casos, apenas se exige que o erro seja essencial (art.º 359.º/2 C. Civ.)

Por último, a confissão é anulável quando resultante de dolo ou coação moral, estando viciada a vontade do confitente que foi levado a produzir a declaração confessória, sem que seja necessário provar que o facto confessado não se verificou na realidade.

Uma vez que a força probatória plena da confissão apenas pode ser destruída nos termos acabados de descrever e apenas através deles, sem que se admita prova em contrário, a confissão é “um meio de prova pleníssima”⁸⁶.

Para contrariar a força probatória da confissão sujeita à livre apreciação⁸⁷ basta que se faça contraprova (art.º 346.º C. Civ.).

⁸⁵ Sobre o erro-vício cfr. FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos V*, p. 119; MENZES CORDEIRO, António, *Tratado Vol. I Tomo I*, p. 613-616 e MOTA PINTO, Carlos, *op. cit.*, p. 504

⁸⁶ LEBRE DE FREITAS, José. *A Confissão no Direito Probatório*, p. 701 e 837; ANDRADE, Manuel, *Noções Elementares de Processo Civil*, p. 232 e ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 552, embora os dois últimos Autores apenas admitam a classificação de *pleníssima* quanto à confissão judicial. Merece destaque a argumentação avançada por ANTUNES VARELA, que considera a confissão judicial escrita a “rainha das provas” por apenas o erro ou outro vício levar, acrescido da não correspondência à verdade, levar à anulação da confissão. Para este Autor, a confissão extrajudicial que conste de documento autêntico ou particular reveste força probatória *plena* e pode ser ilidida mediante prova do contrário.

⁸⁷ PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 330

Capítulo 2. Prova Documental

2.1. Noção

O art.º 362.º do C. Civ. avança uma noção de prova documental e de documento. A prova documental é toda aquela que resulta de documentos. O documento é “qualquer objeto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto”. Como vemos, a lei civil define o que é documento com base em três elementos: “uma estrutura representativa, a autoria humana e um nexó teleológico entre ambas”⁸⁸.

O documento pode ser entendido em sentido amplo ou restrito⁸⁹. A noção dada pelo direito substantivo é claramente uma visão do documento em sentido amplo, abrangendo tudo aquilo que se encontre num suporte físico criado por alguém com o propósito de representar nesse suporte um certo conteúdo. Em sentido restrito (ou estrito⁹⁰) compreende apenas os documentos escritos, ou seja, aqueles que compreendem uma declaração de ciência ou de vontade, também denominados documentos narrativos ou declarativos e dispositivos, constitutivos ou negociais, respetivamente⁹¹.

Para o nosso estudo relevam apenas os documentos escritos, mormente os documentos autênticos e os particulares.

2.2. Documentos Autênticos e Documentos Particulares

2.2.1. Noção

Os documentos autênticos são, nos termos do art.º 363.º/2 do C. Civ., os elaborados por oficial dotado de fé pública ou por autoridade pública com observância das formalidades legais e nos limites da sua competência. Ou seja, o documento só pode dizer-se autêntico quando é elaborado por autoridade ou oficial público e por ele subscrito, desde que este não esteja legalmente impedido de o lavrar e que o tenha exarado nos limites da sua competência em razão da matéria e lugar, em observância do disposto nos arts. 369.º/1 e 370.º/1 do C. Civ, que prevêem os “requisitos de autenticidade do documento”⁹², determinado a falta de um deles que o documento só possa valer como particular. Inversamente, a falta de outra formalidade legal que não a assinatura ou de

⁸⁸ LEBRE DE FREITAS, José, *A Falsidade no Direito Probatório*, p. 112

⁸⁹ ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 505 e GONÇALVES SAMPAIO, José, *A Prova Por Documentos Particulares*, p. 67

⁹⁰ Na terminologia utilizada por CASTRO MENDES, João, *Direito Civil: Teoria Geral*, p. 469

⁹¹ ANTUNES VARELA, João, *op. cit.*, p. 507 e GONÇALVES SAMPAIO, José, *op. cit.*, p. 71

⁹² LEBRE DE FREITAS, José, *op. cit.*, p. 269

outro requisito legal não afeta a autenticidade do documento, mas sim a sua força probatória (art.º 366.º C. Civ.).

Todos aqueles que não se enquadrem na descrição feita são documentos particulares (art.º 363.º/2 *in fine* do C. Civ.). Estes podem ser documentos autenticados se as partes confirmarem⁹³ o seu conteúdo perante notário, que apõe termo de autenticação nos termos dos arts.º 35.º/3, 150.º/1 e 151.º/1/a do C. Not.; podem ser documentos com reconhecimento notarial quando seja feito o reconhecimento da assinatura seguindo-se o disposto nos arts.º 153.º/5 e 155.º/2 C. Not.; caso não haja nenhuma intervenção notarial, são documentos particulares simples⁹⁴, sendo indiferente se são escritos e assinados, só escritos ou só assinados pela parte a quem são atribuídos. A título de exemplo, quando a forma escrita de um contrato se basta com o documento particular como na adesão a um seguro ou aquisição de um produto financeiro, o signatário limita-se a apor a sua assinatura ou a manuscruver uma frase-padrão (respetivamente), mas nada impede as partes de redigirem, pela própria mão, o clausulado de um contrato de mediação imobiliária sem que o assinem.

2.2.2 Força Probatória

Tal como é distinta a origem dos documentos autênticos e dos particulares, também é a sua força probatória.

O art.º 371.º/1⁹⁵ C. Civ preceitua que os documentos autênticos fazem prova plena dos factos que a autoridade ou oficial público refere ter praticado e dos factos atestados com base nas suas perceções, não prova plenamente os factos que resultam das declarações de ciência perante ele produzidas⁹⁶. Ou seja, numa escritura pública de compra e venda fica plenamente provado que uma das partes disse ter pago o preço e que a contraparte disse que o recebeu, mas não prova que o pagamento ocorreu na realidade.

Ainda assim, o documento autêntico deixa de ter valor de prova legal e fica sujeito à livre apreciação do tribunal no já referido caso de inobservância de formalidade legal

⁹³ Ato através do qual as partes declaram estar inteiradas do conteúdo do documento e que ele traduz a sua vontade cfr. GONÇALVES SAMPAIO, José, *op. cit.* p. 86

⁹⁴ GONÇALVES SAMPAIO, José, *op. cit.*, p. 93

⁹⁵ O artigo refere-se à força probatória material dos documentos autênticos, mas estes possuem também uma força probatória formal, fazendo prova da sua proveniência e autenticidade com base na “aparência formal por ele próprio criada” cfr. ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 511

⁹⁶ GONÇALVES SAMPAIO, José, *op. cit.*, p. 115, LEBRE DE FREITAS, José, *op. cit.*, p. 270 e PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *Os meios de Prova em Processo Civil*, p. 26 e 80

diversa da assinatura e quando contenha vícios externos não ressalvados, desde que esses vícios não impliquem a nulidade do documento nos termos do art.º 70.º C. Not..

A força probatória dos documentos particulares é determinada pelo art.º 376.º/1 e 2 C. Civ. , nos termos do qual este faz prova plena das declarações atribuídas ao seu autor quando a sua assinatura tenha sido reconhecida⁹⁷ ou não tenha sido impugnada a genuinidade⁹⁸ do documento. Mas, ao contrário do que acontece com os documentos autênticos, a força probatória do documento particular não abrange os factos narrados como praticados por quem o elaborou, abrange sim as declarações de ciência ou de vontade nele contidas⁹⁹, ficando plenamente provadas aquelas que são contrárias aos interesses do declarante (art.º 376.º/2 C. Civ), contanto que o documento seja dirigido e tenha efetivamente chegado ao poder do declaratório ou ele tenha conhecido o seu conteúdo¹⁰⁰. A limitação da eficácia probatória aos factos desfavoráveis ao declarante justifica-se pelo princípio segundo o qual ninguém pode ser testemunha em causa própria¹⁰¹. Se o C. Proc. Civ., por força do art.º 496.º, não admite que a parte preste depoimento como testemunha e, desse modo, se deem como provados factos favoráveis ao próprio depoente, seria contraditório permitir que se chegasse ao mesmo resultado através da prova documental.

Já quanto os documentos particulares autenticados, o art.º 377.º C. Civ. prevê que têm a mesma força probatória que os documentos autênticos, pelo que se remete para o que foi dito quanto a estes.

A força probatória dos documentos autênticos e particulares pode ser reduzida ou excluída oficiosamente conforme o disposto nos arts.º 371.º/2 e 376.º/3 C. Civ., respetivamente.

2.3. Modo de Contrariar a Força Probatória Plena

A falsidade é definida como “a qualidade dum documento escrito genuíno consistente na desconformidade entre o facto representativo nele contido e a realidade de

⁹⁷ GONÇALVES SAMPAIO, José, *op. cit.*, p. 120 e 121

⁹⁸ Sendo genuína a assinatura, presume-se a genuinidade do texto o que, por sua vez, torna confessórias as declarações contidas no documento, fazendo prova plena delas cfr. CASTRO MENDES, João, *op. cit.*, p. 472 e ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 523

⁹⁹ LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa*, p. 277 e PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *Os meios de Prova em Processo Civil*, p. 93

¹⁰⁰ GONÇALVES SAMPAIO, José, *op. cit.*, p. 131

¹⁰¹ PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *Os meios de Prova em Processo Civil*, p. 28

todos ou alguns dos factos pelo primeiro direta ou indiretamente presumidos, da qual resulta a elisão dessa presunção”¹⁰². Por isso, apenas faz sentido falar-se de falsidade em respeito aos documentos com força probatória plena pois só quanto a estes opera a presunção de que as declarações neles exaradas correspondem à verdade¹⁰³. Afirmção que é suportada pelo confronto dos arts.º 346º e 347.º C. Civ., do qual resulta que, sendo plena a eficácia probatória de um documento, não basta criar no julgador um estado de dúvida — contraprova — mas sim que seja feita prova do contrário.

Quanto aos documentos autênticos, prevê o art.º 372.º/1 C. Civ. que a sua força probatória só pode ser ilidida com base na sua falsidade, o n.º 2 desse artigo diz que o documento é falso quando a autoridade ou oficial que o elaborou refere como praticado ou percecionado um facto que, na realidade, não ocorreu. A falsidade diz-se material nos casos em que houve alteração do documento após a sua elaboração e assinatura; diz-se ideológica nos casos em que a autoridade ou oficial público que o exarou nele fez constar uma declaração de ciência ou vontade que não corresponde à realidade¹⁰⁴. Por terem força probatória formal, só depois de estabelecida a autenticidade dos documentos autênticos é que faz sentido definir a sua força probatória que, sendo plena, só pode ser ilidida nos termos acabados de descrever.

Também quando aos documentos particulares se distingue entre genuinidade¹⁰⁵ e força probatória. Só depois de estabelecida a genuinidade do documento é que se pode aferir da sua força probatória que, por sua vez, só pode ser ilidida mediante arguição e prova da falsidade, assim se devendo entender a referência que é feita na parte final do art.º 376.º/1 C. Civ.¹⁰⁶. “A falsidade pode consistir na alteração do documento (falsidade material) ou no seu preenchimento abusivo, se ele tiver sido assinado em branco”¹⁰⁷, quanto aos documentos particulares assinados. No que toca aos documentos particulares não assinados, não se autonomizam as figuras da falsidade e genuinidade, carecendo a autoria de ser estabelecida por quem o apresenta¹⁰⁸.

¹⁰² LEBRE DE FREITAS, José *A Falsidade no Direito Probatório*, p. 172

¹⁰³ *Op. cit. supra*, p. 128

¹⁰⁴ LEBRE DE FREITAS, José, *A Falsidade no Direito Probatório*, p. 105

¹⁰⁵ Não faz sentido afirmar, quanto a estes, que têm força probatória formal pois não são elaborados por uma autoridade ou oficial dotados da fé pública que serve de base à presunção de autenticidade dos documentos autênticos.

¹⁰⁶ LEBRE DE FREITAS, José, *A Falsidade no Direito Probatório*, p. 62

¹⁰⁷ *Supra*, p. 105

¹⁰⁸ *Supra*, p. 106

Também o C. Proc. Civ. distingue a impugnação da genuinidade (art.º 444.º) e a ilusão da autenticidade ou força probatória (art.º 446.º) dos documentos. A impugnação da genuinidade consegue-se através da impugnação da letra ou assinatura, da impugnação da exatidão da reprodução mecânica, da prova do não cumprimento das instruções a que se refere n.º 1 do art.º 381.º C. Civ., ou através de declaração da contraparte que afirme não saber se a letra ou assinatura do documento particular é verdadeira e deve ser feita no prazo de dez dias a contar desde a apresentação ou notificação da junção do documento (art.º 444.º/1 *in fine*)¹⁰⁹. A arguição de falsidade do documento é feita nos articulados, sendo a parte contrária notificada para responder nos casos em que a arguição é feita no ultimo articulado admissível, caso contrário, responde no seguinte (art.º 448.º C. Proc. Civ.), as partes podem, com a arguição e resposta, oferecer prova (art.º 449.º/1 C. Proc. Civ.) e a causa segue a sua tramitação normal, sendo a questão da falsidade decidida a final. Apenas haverá lugar a processamento como incidente nos casos previstos no art.º 450.º C. Proc. Civ..¹¹⁰ A falsidade pode ser, também, declarada oficiosamente¹¹¹ nos casos previstos no art.º 372.º/3 C. Civ..

Em suma, o documento falso perde a sua eficácia probatória.

¹⁰⁹ PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, p. 325

¹¹⁰ *Op. cit. supra*, p. 326

¹¹¹ LEBRE DE FREITAS, José, *op. cit. supra*, p. 212

Capítulo 3. Inadmissibilidade da Prova Testemunhal

É designado de testemunha o terceiro em relação ao litígio que presta uma declaração de ciência no processo, narrando a sua percepção que tem de factos passados com relevância para a instrução da causa¹¹².

A lei não admite que sirva como meio de prova nas situações previstas nos arts.º 393.º e 394.º C. Civ., sendo tratada a propósito dos casos de prova tarifada (que abrange não só a determinação legal do valor probatório, mas também a admissibilidade dos meios de prova.)

A estatuição do art.º 393.º/1 C. Civ. bem se compreende na medida em que, exigindo a lei forma escrita (art.º 220.º C. Civ.) ou resultando a necessidade de redução a escrito do acordo das partes (art.º 223.º/2 C. Civ.) para a validade ou prova da declaração negocial, não pode a sua falta vir a ser suprida por depoimento de testemunhas. Se os factos já estão plenamente provados por documento ou por confissão também não é admitida a prova testemunhal (art.º 393.º/2 C. Civ.) quanto a esses factos¹¹³, o que se justifica pela desnecessidade de recorrer a este meio de prova quando o processo já vem instruído com aqueles, de valor probatório superior e insuscetível de ser destruído senão nos termos específicos já tratados.

Em ambos os casos se ressalva a possibilidade de recorrer à prova testemunhal para a interpretação do negócio jurídico (art.º 393.º/3), seja para apurar a vontade real dos declarantes e/ou o sentido textual do documento¹¹⁴.

Os limites à admissibilidade da prova testemunhal parecem ser uma solução de consenso entre o seu valor para a descoberta da verdade e os perigos¹¹⁵ que são inerentes aos depoimentos de testemunhas. Por um lado, reconhece-se que este pode ser o único meio disponível para prova de uma multiplicidade de factos, mas sem esquecer a falibilidade¹¹⁶ inerente dos depoimentos prestados. A propósito da falibilidade, Alberto dos Reis alerta para as três causas diferentes de infidelidade da prova testemunhal: o erro de percepção (a testemunha capta mal o facto); o defeito de retenção (a falta de memória

¹¹² ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, p. 60; REIS, Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado — Vol. IV*, p. 307; CASTRO MENDES, João, *Direito Processual Civil — Vol. II*, p. 476

¹¹³ Sem prejuízo de se poder recorrer à prova testemunhal para demonstrar que a declaração negocial que titulam padece de falta ou vícios da vontade. Até porque o próprio documento apenas prova que foram feitas as declarações que nele constam, não que elas foram feitas livres de erro, dolo, coação ou que tenham sido simuladas, cfr. ANTUNES VARELA, João, *Código Civil Anotado*, p. 342

¹¹⁴ ANTUNES VARELA, João, *Código Civil Anotado — Vol. I*, p. 479

¹¹⁵ VAZ SERRA, Adriano, *Provas — BMJ n.º 112*, p. 173

¹¹⁶ REIS, Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado Vol. IV*, p. 344

da testemunha leva a que narre o facto de forma inexata ou incompleta) e o vício de parcialidade (a testemunha produz intencionalmente um depoimento falso por interesse, suborno, etc.).

Já o art.º 394.º prevê a inadmissibilidade da prova por testemunhas quanto a convenções contrárias ou adicionais¹¹⁷ a conteúdo de documento autêntico ou documento particular (mencionado nos arts.º 373.º a 379.º C. Civ.), e quanto à prova do acordo simulatório quando feita pelos próprios simuladores. Por convenção contrária ao documento entende-se aquela que vá contra o seu conteúdo; aquela que vai além dele, acrescentando-lhe algo diz-se adicional¹¹⁸.

Ainda assim, é possível contornar os limites impostos pelos preceitos mencionados fazendo apelo à posição avançada por Vaz Serra¹¹⁹ segundo a qual a prova testemunhal é admissível quando haja já um “começo ou princípio de prova por escrito” pois, como explica o Autor, nestes casos o depoimento das testemunhas é apenas um suplemento ao que já vem documentalmente exarado, sendo esses documentos suficientes para reduzir os perigos da prova por testemunhas a um mínimo tolerável.

¹¹⁷ Relativas a factos não abrangidos pela força probatória plena do documento pois, quanto a estes, aplica-se o art.º 393.º C. Civ.

¹¹⁸ GOUVEIA, Rita, *Comentário ao Código Civil*, p. 891

¹¹⁹ Cfr. *BMJ* n.º 112, p. 219 a 224

Capítulo 4. O Valor Probatório da Forma Negocial

“A forma é tudo o que na declaração não seja conteúdo” na definição avançada por Ferreira de Almeida¹²⁰, que aqui seguimos.

Quanto a forma das declarações negociais, o art.º 219.º C. Civ. adotou o princípio da “consensualidade ou liberdade de forma”¹²¹, segundo o qual não é exigida forma especial senão nos casos de forma legal, ou seja, quando a lei o determine. Não estando uma forma normativamente predeterminada, podem as partes, ao abrigo da autonomia contratual, acordar que o negócio jurídico que vão celebrar seja reduzido a escrito ou que certos atos negociais sigam essa forma¹²². Por último, podem as partes, por vontade sua, fazer uso de formalismo mais solene do que o legalmente prescrito na prática do ato — nestes casos, a forma que titula esse ato diz-se voluntária¹²³ (art.º 222.º C. Civ.). Dito de outro modo¹²⁴, o contrato pode ser celebrado oralmente ou por documento não assinado (forma livre); pode ser celebrado com recurso a documento particular escrito e assinado (forma escrita); ou celebrado com recurso a documento exarado por entidade ou oficial público (forma solene).

Os fundamentos da exigência da forma legal permitem justificar o seu carácter excecional¹²⁵. O formalismo negocial leva as partes a ponderar os efeitos jurídicos dos atos que pretendem praticar e titular, o que é especialmente relevante nas situações em que há uma afetação substancial da sua situação jurídica (p. ex.: a constituição de uma hipoteca); a intervenção de um oficial público (no caso das escrituras públicas) confere maior segurança ao negócio, sendo o seu conteúdo elaborado por um terceiro dotado de fé pública que, ao mesmo tempo, controla a legalidade do ato, a capacidade e legitimidade das partes; e, por último, a redução a escrito facilita a prova quer da existência quer do conteúdo da declaração. A estas vantagens acrescentamos uma outra — a proteção do consumidor¹²⁶ — com especial relevância no contexto recente de intervenção legislativa

¹²⁰ Cfr. *Contratos I*, p. 89

¹²¹ ANTUNES VARELA, João, *Código Civil Anotado*, p. 210

¹²² PAIS DE VASCONCELOS, Pedro, *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 707

¹²³ A mesma distinção é feita por FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos I*, p. 90 e MENEZES CORDEIRO, António, *Tratado Vol. I Tomo I*, p. 385

¹²⁴ FERREIRA DE ALMEIDA, *idem supra*

¹²⁵ OLIVEIRA ASCENSÃO, José, *Direito Civil: Teoria Geral — Vol. II*, p. 54; PAIS DE VASCONCELOS, Pedro, *op. Cit. Supra*, p. 705 e MENEZES CORDEIRO, António, *Tratado Vol. II Tomo II*, p. 187, referindo também as vantagens a propósito da publicidade que a forma solene permite alcançar, as exigências de reflexão e a facilidade de prova

¹²⁶ MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, p. 75

¹²⁷em matéria de consumo e da maior intervenção deste tipo de contraente no comércio jurídico.

Mas a exigência legal de forma especial não é desprovida de inconvenientes, que se resumem, sobretudo, a delongas no processo de obtenção de uma escritura pública ou na autenticação de documento particular. Além disso, um vício formal elimina a validade de um negócio que as partes podem, na realidade, ter celebrado ambas com a convicção de se terem produzido os seus efeitos.

Quando a lei exige forma especial para a validade substantiva da declaração negocial, a forma assume uma função *ad substantiam*. Inversamente, a forma legal pode ter uma função meramente probatória, classificando-se como forma *ad probationem*. É na sanção para a inobservância das formalidades especiais que melhor se explica a distinção entre estas funções: comina-se com nulidade¹²⁸ o ato em desrespeito de formalidade *ad substantiam*, nos termos do art.º 220.º C.Civ.. Já não será assim quando a forma tem apenas função probatória, a sua falta não implica que o ato perca validade jurídica mas que a sua prova seja dificultada por se exigir, para suprir essa falta, que a prova seja feita por confissão com força probatória plena (art.º 364.º/2 C. Civ.). Merece destaque a ressalva feita na parte final do art.º 364.º/2 C. Civ. — a confissão só substitui o documento *ad probationem* em falta se ela própria, sendo extrajudicial, constar de documento com igual ou superior valor probatório aquele que pretende substituir.

Depois do exposto, parece seguro afirmar que sempre que o negócio tenha forma (solene ou não), essa desempenhará sempre uma função *ad probationem*¹²⁹. Do mesmo modo, afiguramos artificiosa (no que respeita à apreciação da prova) a bifurcação entre forma enquanto condição de validade, por um lado, e forma necessária para prova, por outro. Isto porque o documento que dá validade ao ato ou negócio está simultaneamente a fazer prova desse mesmo ato ou negócio. A própria redundância da distinção é reconhecida na doutrina, ressaltando a sua utilidade apenas para efeitos de aplicação do art.º 364.º/2 C. Civ.¹³⁰

¹²⁷ A forma escrita é exigida para contratos celebrados fora do estabelecimento comercial (art.º 9.º/1 do DL 24/2014), nos contratos de crédito ao consumo (art.º 12.º/1 do DL 133/2009) e nos contratos de prestação de serviço de comunicações eletrónicas (art.º 48.º/1 da Lei das Comunicações Eletrónicas) cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *op. cit.*, p. 72

¹²⁸ FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos V*, p. 83

¹²⁹ Qualquer que seja a forma, ela “é sempre requisito de existência” cfr. FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos I*, p. 89

¹³⁰ MENEZES CORDEIRO, António, *Tratado Vol. I Tomo I*, p. 376

Capítulo 5. A Aplicação do Direito Probatório na Jurisprudência

O percurso até agora feito teve por base as normas de direito probatório constantes do Código Civil e Código de Processo Civil e a leitura que a doutrina faz delas. De seguida, analisamos alguma jurisprudência que convoca especificamente a matéria de direito probatório e doutrina relevante. Procuramos saber se o sistema, tal como resulta da lei, é claro; e se esse sistema é aplicado pela jurisprudência.

5.1. Acórdão do STJ Proc. 758/06.TBCBR-B.PI.SI¹³¹

O Acórdão em análise é relativo a um litígio em matéria de cessão de quotas de sociedade por quotas, em que A. é o sócio-cessante e B o cessionário.

A 25 de setembro de 2003 foi celebrado entre A e B um contrato-promessa de cessão de quotas por documento particular, através do qual A prometeu ceder a quota de que é titular a B e este prometeu pagar o preço de € 65.000,00, sendo que € 60.000,00 são a pagar em dinheiro e em 19 prestações sucessivas e os restantes € 5.000,00 em espécie. Simultaneamente com a assinatura do contrato-promessa, B assinou também “várias” letras, sacadas por A.

No mesmo dia, as partes celebraram, por escritura pública, o contrato definitivo na qual se lê: *“Que com todos os correspondentes direitos e obrigações a ela inerentes, pela presente escritura, ela primeira outorgante cede aquela quota de dois mil e quinhentos euros, de que é titular, ao segundo outorgante, B, pelo preço igual ao do seu valor nominal que já recebeu.”*

As letras foram apresentadas na data de vencimento, no domicílio de B, constante das próprias letras, que, com exceção da primeira, não pagou.

Instaurada ação executiva com vista ao pagamento das obrigações tituladas pelas restantes letras, B deduziu oposição à execução na qual alegou, em síntese, que as letras foram aceites em branco e se destinavam apenas a garantir o cumprimento definitivo do contrato prometido, tendo o preço acordado sido integralmente pago no momento da assinatura do contrato-promessa e ainda que não havia qualquer acordo quanto ao

¹³¹ Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4dc2e171d1c5d07802578480055f9a7?OpenDocument&ExpandSection=1> (Relator Alves Velho)

preenchimento das letras. A, em contestação, alegou que as letras já se encontravam devidamente preenchidas em todos os seus campos.

A oposição à execução foi julgada improcedente¹³², o que motivou recurso para o Tribunal da Relação, tendo este confirmado o julgado.

O Acórdão da Relação foi objeto de recurso de revista. B requereu a revogação da decisão recorrida com fundamento em exceção de pagamento, declarando extintas, por cumprimento, as obrigações que assumiu no contrato-promessa. Refere o valor probatório da escritura pública e das declarações nela contidas, ou seja, que esta faz prova plena quanto à declaração de que A. já recebeu o preço e que, só com a arguição da falsidade desse documento, se destrói esse valor de prova plena, não tendo tal acontecido no caso em questão.

O Acórdão começa por tratar a questão da força probatória da escritura pública¹³³. Esta faz prova plena quanto aos atos praticados pelo documentador e dos factos que nele são atestados com base nas suas percepções. Assim, a escritura faz prova plena das declarações feitas pelas partes perante a autoridade ou oficial público que elabora a escritura, mas não prova a sua veracidade. O modo de ilusão dessa força probatória é o que consta do art.º 372.º do C. Civ., a arguição da falsidade com os fundamentos que aí se indicam. No caso em concreto, a declaração de que A. já recebeu a totalidade do preço faz prova plena de que A emitiu efetivamente essa declaração perante o notário mas não prova que tal corresponde à verdade.

Perante a inadmissibilidade de prova testemunhal imposta pelo art.º 392.º do C. Civ., o Acórdão trouxe à colação a doutrina de Vaz Serra que vai no sentido de admitir a prova testemunhal quando haja um princípio de prova por escrito, considerando que o contrato-promessa e as letras formavam essa base de prova escrita.

No entanto, tal seria insuficiente para fundamentar a decisão. O Supremo Tribunal teve ainda de considerar o valor probatório das próprias declarações contidas na escritura pública.

¹³² O Acórdão não refere com que fundamentos foi julgada improcedente a oposição em 1ª Instância. Do texto integral do Acórdão parece seguro concluir que o Juiz de Direito se socorreu do conteúdo do contrato-promessa e das letras, acolhendo a versão dos factos apresentada por A.

¹³³ A fundamentação, neste aspeto, é essencialmente semelhante à de outros acórdãos, p.e.: Ac. STJ Proc. 04B4468, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/cb667311c2f3015180256fb30054b508?OpenDocument> (Relator Oliveira Barros) e Ac. STJ Proc. 888/07.4TBPTL.G1, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/da06a576ad1003288025784800347aa1?OpenDocument> (Relator João Bernardo)

Tratava-se, no fundo, de saber se essa declaração correspondia a uma verdadeira confissão extrajudicial, aplicando-se-lhe os arts.º 358.º/2 e 393.º/2 do C. Civ. ou não. Citando Lebre de Freitas e dois outros arestos¹³⁴, o STJ concluiu que se está perante uma simples afirmação ou declaração de um facto, diferente da confissão por naquele não haver a enunciação do facto como verdadeiro. Portanto, não se aplicam os referidos preceitos legais, sendo admissível a prova testemunhal, como aliás foi pelo Juiz de Direito.

Do cotejo de todos os elementos probatórios (a escritura pública, o documento particular que dá forma ao contrato promessa e prova testemunhal¹³⁵) bem como a posição que ambas as partes assumiram nos seus articulados, concluíram os tribunais, quer em primeira instância quer nos sucessivos recursos, que as partes geriam a sua relação por referência ao que havia ficado acordado no contrato-promessa, que foi em função deste que as letras foram preenchidas e apresentadas a pagamento. Por tudo, foi negada a revista e mantida a decisão da Relação.

Da decisão resulta que foi dada prevalência ao contrato-promessa, entendendo que as partes regiam a relação contratual com base nele, mas a fundamentação falha, a nosso ver, na forma valoração que faz dos meios de prova existentes.

5.2. Acórdão STJ Proc. 22244/16.3T8LSB.L1.S1¹³⁶

O Acórdão em apreço versa sobre um litígio entre X, Y e Z (A.) e o Banco T (R.) em matéria de intermediação financeira.

Os A. intentaram ação declarativa contra o R. peticionado que fosse declarada a nulidade do contrato de intermediação financeira por falta de forma e que lhes fosse restituída a quantia de € 100.000,00, bem como a condenação do R. a pagar os juros legais que se vençam desde a data da citação até integral pagamento. Subsidiariamente, peticionam a condenação do R. ao pagamento da quantia de € 100.000,00 por violação de deveres de informação e ao pagamento de juros legais que se vençam desde a citação até integral pagamento.

¹³⁴ Ambos do STJ, de 15/3/01 e de 09/6/05 (Procs. 426/01-7.A e 05B1417, respetivamente), citados no acórdão em análise

¹³⁵ O aresto é parco na enunciação dos meios de prova que instruíam o processo, limitando-se a discorrer sobre os elementos com relevância imediata para a decisão do recurso.

¹³⁶ Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/47dcf7dde892f2a98025840a004de976?OpenDocument> (Relatora Maria Graça Trigo)

O tribunal de 1ª instância proferiu decisão de mérito, em que julgou improcedente o pedido de nulidade, dele absolvendo o R.. Julgou procedente o pedido subsidiário, fundado na violação de deveres de informação e condenou conforme o peticionado.

Inconformado, o R. interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa, pedindo a alteração da decisão relativa à matéria de facto e a reapreciação da decisão de direito. Foi concedido provimento ao recurso, sendo modificada a matéria de facto e, em consequência, sendo revogada a decisão recorrida, com absolvição do R. da condenação em 1ª Instância.

Desse acórdão recorreram os A. para o STJ, alegando — relativamente às questões de direito probatório — que a Relação fez uma interpretação errónea do art.º 376.º do Cód. Civ., daí retirando conclusões legalmente inadmissíveis quanto à força probatória do documento particular e que isso levou à eliminação dos pontos 27 e 28 dos factos assentes o que, na perspetiva dos A. corresponde a um erro de julgamento a ser sanado em sede de recurso.

A factualidade provada com relevância para esta análise resume-se ao seguinte: os A. procuravam um produto financeiro onde investir o capital de que dispunham (€ 100.000,00) com remuneração “acima de um normal depósito a prazo”; para tanto abriram uma conta no banco R. e adquiriram papel comercial emitido pela JJ Investments, S.A.; na folha de aquisição¹³⁷ desse produto financeiro consta a identificação e no seu verso consta o seguinte texto¹³⁸ *Declaro que fui devidamente informado da Nota Informativa sobre as características e condições do título que pretendo adquirir bem como tomei conhecimento e aceito integralmente a Ficha Técnica e/ou Prospecto da emissão disponível em www.bancoBancoDD.HH e que recebi cópia da documentação relativa a esta operação. Ter integral e perfeito conhecimento dos riscos descritos acima (envolvidos na aquisição e detenção deste tipo de activos) e que a vontade e decisão de aquisição destes activos são da minha inteira responsabilidade. Confirmo ainda ter pleno conhecimento de que o rendimento do capital investido nos referidos títulos é da responsabilidade da entidade emitente, tendo lugar nos termos indicados na respectiva documentação, não assumindo o Banco T qualquer compromisso de garantia em relação*

¹³⁷ Ordem de compra

¹³⁸ Note-se que a designação das partes (Autores e Réu) não correspondem *ipsis verbis* ao enunciado do Acórdão, foram alteradas para facilitar a exposição do conteúdo. Mantém-se apenas a designação do Banco DD.HH.

a este compromisso. Que fui informado que a actual metodologia de valorização dos títulos de dívida aplicada pelo Banco T é a de considerar, para os devidos efeitos, o valor nominal do papel comercial detidos em carteira pelos clientes. Ter conhecimento que o Banco DD.HH creditará os valores relativos a juros, rendimentos e reembolsos apurados de acordo com as condições de emissão após confirmação, pelo custo diante, de recepção dos mesmos por parte dos emitentes dos valores mobiliários (...)”; atente-se também no conteúdo de outro documento junto ao processo, com o seguinte teor: “Papel comercial constitui obrigação apenas do Emitente”, “A aquisição de papel comercial envolve uma confiança na capacidade de crédito do Emitente. O papel comercial não é garantido por qualquer entidade” e “Recebi e tomei conhecimento das condições constantes do presente documento e da respectiva Nota Informativa, que recebi em momento anterior à subscrição da oferta particular de Papel Comercial JJ Investments, SA”; estes documentos foram assinados pelo Y. na presença de K (personal financial advisor junto do R.).

Constava ainda do elenco de factos provados que o R. nunca prestou aos A. informações e esclarecimentos sobre a aplicação feita, quer junto delas, quer através de interposta pessoa (correspondente ao ponto 27) e que os A. não foram informados quer quanto ao tipo de produto em causa, quer quanto às características do mesmo, com exceção do prazo e remuneração (correspondente ao ponto 28), entretanto eliminados pelo Tribunal da Relação.

Antes de começar a abordar o caso *sub judice* na perspectiva do Direito a aplicar, o Acórdão faz ainda referência a menções constantes do documento relativo à ordem de compra, salientado que nele vem escrito que o investimento em papel comercial poderá levar à perda total ou parcial do capital investido, que o pagamento de rendimentos bem como o retorno do capital investido na sua totalidade estão sujeitos à capacidade da entidade emitente e/ou garante dispor dos títulos dos fundos necessários para a satisfação das suas obrigações de crédito, não estando estes garantidos caso ocorra um evento de crédito com a entidade emitente e/ou garante e que o papel comercial pode não ser adequado a todos os investidores, cabendo a estes ponderar a sua aquisição em função das suas circunstâncias próprias.

Surge, então, a questão de saber se o tribunal de 1ª instância podia fazer prevalecer a prova testemunhal (com base na qual julgou provados factos dos quais resultava a violação dos deveres de informação) sobre a prova documental (mormente, a folha de

aquisição que contém manuscritas as referidas declarações dos A.). Antes da eliminação dos pontos 27 e 28 pela Relação, o que efetivamente resultava provado era que o R. não prestou qualquer esclarecimento aos A. e estes não foram informados quanto ao tipo e características do produto que adquiriram ao mesmo tempo que documentos assinados pelo A. subscritor tinham o teor acima referido, em evidente contradição.

Como é referido na decisão do Supremo Tribunal, os documentos em causa são documentos particulares nos termos do art.º 363.º/3 Cód. Civ., sendo o seu valor probatório fixado nos termos do art.º 376.º do Cód. Civ., pelo que fazem prova plena¹³⁹ (não tendo sido arguida a sua falsidade) quanto às declarações que sejam desfavoráveis aos interesses do declarante feitas à contraparte, fazendo-se aqui apelo ao regime da confissão, concretamente o prescrito no art.º 358.º/2 do Cód. Civ.. E ainda o disposto nos arts.º 321.º/1 do CVM e 364.º/1 do Cód. Civ., resultando da sua leitura conjunta que o contrato de intermediação financeira celebrado com investidores não qualificados, como é o caso dos AA., deve ser reduzido a escrito, não sendo admissível outro meio de prova que não o documento (autêntico ou particular, conforme os casos) ou meio de prova com valor inferior, como é o caso da prova testemunhal, proibida também ao abrigo do art.º 393.º/2 do Cód. Civ.

Atendendo à declaração contida na ordem de compra e ficha técnica e à sua força probatória, fica plenamente provado que os A. foram informados e conheciam as características do papel comercial que adquiriram, não sendo admissível apresentar prova testemunhal para fazer prova do contrário. Por essa razão, o facto do desconhecimento, constante dos pontos 27 e 28 da sentença e baseados na prova testemunhal, não podiam ser mantidos.

Por tudo o exposto, o STJ decidiu confirmar a decisão recorrida.

¹³⁹ No mesmo sentido vide Ac. STJ Proc. 606/05.1TBCBR.C1.S1, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/f66a209646d6dc2d8025785c00419ca9?OpenDocument> (Relator João Camilo)

5.3. Acórdão do STJ Proc. 2916/06.1TACB.C1.S1¹⁴⁰

O Ac. em análise versa sobre um processo em que A. se arroga titular do direito de propriedade sobre o imóvel ocupado por R., pedindo ao tribunal que reconheça esse seu direito e condene R. a entregar-lhe o imóvel livre de pessoas e bens.

O A. alegou que comprou o referido imóvel à R., a sua anterior proprietária, tendo celebrado a escritura pública e registado a aquisição. No momento da outorga da escritura a R. pediu que lhe fosse concedido um prazo de trinta dias findo o qual desocuparia e entregaria o imóvel sem que, no entanto, o chegasse a fazer.

A R. contestou, sendo relevante para esta análise apenas a parte em que alega não ter vendido o prédio, não ter recebido do A. qualquer montante e que assinou a escritura de compra e venda do imóvel na convicção de que se tratava de um documento necessário para obtenção de empréstimo.

Em sede de réplica, o A. reafirmou que tinha comprado o imóvel pelo preço que consta da escritura, que pagou em numerário por solicitação da R..

O tribunal de 1ª instância julgou o a ação procedente e condenou a R. conforme o peticionado. Essa decisão mereceu recurso de apelação que confirmou a sentença do tribunal a quo. Seguiu-se o recurso para o STJ motivado, entre outras, com as seguintes conclusões: a escritura pública só faz prova plena da declaração de recebimento do preço, desde que a entrega do dinheiro ou o pagamento fosse feita perante o notário, e da escritura tal ficasse a constar; que foram violados os arts.º 342.º, 371.º e 373.º do Cód. Civ.

Resulta provado que a 13 de fevereiro de 2006 foi registada a aquisição do imóvel por A. e que em escritura pública datada de 29 de março de 2005 a R. o declarou vender e A declarou comprar pelo preço de € 80.000,00, mais declarando que já havia recebido esse valor na íntegra.

Está assim delimitado o núcleo essencial da questão controvertida: A. afirma já ter pago e R. diz nada ter recebido, não obstante ter declarado, no momento da celebração da escritura, já ter recebido o preço.

140

Disponível

em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/250340937b8d9a9f8025795f0055c0cd?OpenDocument> (Relator Gregório da Silva Jesus)

O aresto começa por fazer o enquadramento jurídico da escritura pública no elenco dos meios de prova, na categoria dos documentos autênticos cfr. art.º 369.º/1 do Cód. Civ.

Numa análise em duas partes, o Ac. aborda a força probatória desse documento com referência ao art.º 371.º/1, 1ª e 2ª partes. Em primeiro lugar, a escritura faz prova plena dos factos referidos como praticados pelo documentador, ou seja, aquilo que a autoridade ou oficial público praticaram perante as partes; em segundo lugar, prova plenamente os factos que dela constam e que são atestados com base nas próprias percepções do documentador.

No caso concreto, faz prova plena de que a R. declarou já ter recebido o preço. Acresce que essa declaração, enquanto reconhecimento de realidade que lhe é desfavorável e beneficia o A. é qualificada como confissão extrajudicial¹⁴¹ também ela com força probatória plena nos termos dos arts.º 352.º, 355.º/1 e 4 e 358.º/2 do Cód. Civ.; prova essa que apenas pode ser contrariada por meio de prova que mostre não ser verdade o facto que dela é objeto (art.º 347.º C. Civ.), como referido na fundamentação do acórdão.

Então, se a escritura pública apenas prova que as declarações foram feitas, a confissão já prova plenamente a realidade da declaração de recebimento do preço, tal como afirma o aresto.

Por fim, refere-se que apenas vendo declarada a falsidade (art.º 372.º/1 do Cód. Civ.) do documento se afastaria a força probatória da confissão que dele consta ou, por via paralela, poder-se-ia impugnar a confissão nos termos do art.º 359.º do Cód. Civ., o que a R. não logrou fazer.

Confirmou-se a decisão recorrida.

5.4. Acórdão STJ Proc. 995/13.4TVLSB.L1.S1¹⁴²

O Acórdão em análise surge como composição final de um litígio entre A e B, tendo aquele instaurado ação declarativa de condenação contra este, em que peticionou o pagamento de € 559.524,41 acrescida de juros de mora vincendos à taxa de 13% sobre a

¹⁴¹ Sobre a força probatória da confissão em documento particular, no mesmo sentido, vide Ac. STJ Proc. 376/08.1TBOFR-A.C1, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/f248dc6aac403a9d80257b0200429342> (Relator Nuno Cameira)

¹⁴² Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/5bbbed5bf1cc0544802583fa004e6750?OpenDocument&Highlight=0,Confissão,Prova,Documental> (Relator Raimundo Queirós)

quantia de € 347.600 e à taxa para dívidas comerciais sobre a quantia de € 49.000, até integral e efetivo pagamento. B contestou, arguindo a nulidade do contrato de mútuo por falta de forma, invocado que a sua nulidade acarreta a extinção da fiança e termina alegando pela nulidade da cláusula penal, que considera excessiva; subsidiariamente pediu a sua redução.

Em 1ª Instância foi proferida sentença que julgou a ação parcialmente procedente e condenou B a pagar a A a quantia de € 342.800, acrescida de juros à taxa de 4%, desde 8 de março de 2018, até integral pagamento. Conforme vem enunciado no Relatório do presente Acórdão, o tribunal *a quo* deu como não provado o alegado na parte final do art.º 11.º da Resposta às Exceções — que o contrato em causa era um contrato de empréstimo mercantil tendo baseado essa decisão de facto na prova testemunhal. Dessa factualidade retirou, como consequência jurídica, a nulidade do contrato de mútuo por inobservância de forma legal (a escritura pública, uma vez que se trata de mútuo civil superior a € 25.000).

Inconformado com a decisão, A recorreu para o Tribunal da Relação considerando o art.º 11.º “incorretamente julgado”, requerendo a reforma da sentença recorrida em conformidade, julgando-se a ação totalmente procedente por provada. Este Tribunal modificou a decisão de facto, dando como provado que o capital mutuado se destinava a ser investido no estabelecimento comercial de B e, em consequência julgou a apelação procedente, condenando B em conformidade com o peticionado com a proposição da ação em 1ª Instância.

B interpôs recurso de revista da decisão da Relação por discordar do resultado probatório alcançado pelo acórdão em 2ª Instância, que afirma ter sido alcançado em violação das regras de direito probatório material, mormente a força probatória plena do documento particular bem como a proibição de produção de prova testemunhal para prova de factos já plenamente provados por aquele documento.

O Supremo Tribunal de Justiça entendeu que o recurso à prova testemunhal neste caso era admissível. Fundamenta essa conclusão afirmando que a força probatória dos documentos particulares apenas se estende às declarações (de ciência ou de vontade) que estes contenham, considerando-se feitas pelo seu subscritor, mas não prova que os factos narrados pelo subscritor correspondam à verdade. Afirma ainda que, mesmo não tendo sido impugnado o documento junto por A, o recurso à prova testemunhal não estava

vedado uma vez que o contrato não refere o destino da quantia mutuada, sendo isso que importava apurar e que para alcançar tal desiderato era admissível o recurso a qualquer meio de prova legalmente permitido. Concluiu o Supremo Tribunal que a prova testemunhal serviu para prova da interpretação a dar ao documento particular.

A final, foi negada a revista por não estar em causa a violação de regras de direito material, mantendo-se a decisão recorrida.

5.5 Acórdão do STJ Proc. 930/12.7TBPVZ.P1.S1¹⁴³

C intentou ação declarativa contra D em que pede que seja declarada a falsidade total de uma escritura pública de partilhas ou, subsidiariamente, a sua falsidade parcial (numa parte da escritura que se refere a tornas) e, em qualquer um dos casos, que D seja condenado a pagar-lhe a quantia de € 46.970,31, acrescida de juros moratórios a contar deste 14 de fevereiro de 2006 até integral pagamento.

A ação foi julgada procedente, tendo sido declarada a falsidade da escritura na parte em que se refere às tornas e D condenado a pagar a quantia peticionada.

Não se conformando com a decisão, D recorreu para o Tribunal da Relação, que revogou a sentença recorrida por considerar não provada a falsidade parcial da escritura e absolveu D. Fundamentou¹⁴⁴ a absolvição com base na força probatória dos documentos autênticos, cuja falsidade não foi demonstrada por C (arts.º 371.º e 372.º do C. Civ.). Afirmou que estes fazem apenas prova de que as declarações foram feitas perante a autoridade ou oficial público, mas não prova que as declarações correspondem à verdade. Mas a Relação acrescentou que, embora não fazendo prova plena da correspondência das declarações à realidade, faz prova da confissão do pagamento das tornas, comprovando-se assim a realidade desse pagamento. Os juízes desembargadores referem ainda que se trata de confissão com força probatória plena (art.º 358.º/2 C. Civ.) por se tratar de confissão extrajudicial escrita e feita à parte contrária (art.º 355.º/4 C. Civ.).

C recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça, alegando erro na aplicação do direito aos factos considerados provados pois entende não ter havido confissão quanto ao

¹⁴³ Disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/59c74ef6d625f152802583fa004e440f?OpenDocument&Highlight=0,Confissão,Prova,Documental> (Relator Raimundo Queirós)

¹⁴⁴ A fundamentação é, quanto a este aspeto, em tudo semelhante ao já decidido no Acórdão do STJ Proc. 2916/06 disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/250340937b8d9a9f8025795f0055c0cd?OpenDocument&Highlight=0,2916%2F06> (Relator Gregório Jesus)

recebimento das tornas, tanto mais que havia ficado provado que “o autor não recebeu qualquer valor a título de tornas”, sendo estas devidas.

O aresto começa por abordar se existe ou não confissão. Resultou claro para os juízes conselheiros que a declaração feita na escritura de partilhas se traduz numa confissão extrajudicial escrita, com força probatória plena (art.º 358.º/2 C. Civ.) e que tal força probatória leva que se considere o facto de terem sido pagas as tornas como provado, sem seja admissível o recurso a outros meios de prova (chamando a atenção para a prova testemunhal) para contrair esse resultado probatório.

De seguida, foi abordada a questão da falsidade. Como referido no acórdão, o que C pretendia era, precisamente, ver declarada a falsidade — pelo menos parcial — da escritura pública. Para tal, C carecia de provar a falsidade do teor declarado na escritura, o que não logrou fazer, pelo que a ação nunca poderia proceder, afirma o Supremo Tribunal.

Nas últimas linhas da decisão, faz-se referência à declaração de nulidade ou anulação da confissão enquanto última forma possível de não resultar provado o recebimento das tornas, carecendo o autor de provar que a declaração confessória foi produzida em erro ou em situação de falta ou vício da vontade. Vem exposto no acórdão que a petição inicial de C não contém nenhuma alegação quanto à existência de erro ou falta/vício da vontade. Portanto, mantém-se a confissão extrajudicial com força probatória plena.

Pelo exposto, foi negada a revista e manteve-se a decisão recorrida.

Capítulo 6. Apreciação Crítica Global — Da Lei, Doutrina e Jurisprudência

6.1. Enunciado Geral

Após a análise da jurisprudência surgem algumas questões que se prendem, sobretudo, com a forma como são aplicadas os preceitos e doutrina sobre direito probatório na solução de casos concretos.

Regra geral, o processo vem instruído com diferentes meios de prova, surgindo um conflito quando diversos meios de prova com igual valor legal revelem *factos probandos* contraditórios — procuramos saber como valorar a prova nestas situações.

Do mesmo modo, é comum existir prova documental e que nela venha contida uma confissão extrajudicial escrita — surge a questão de saber em que medida a falsidade do documento afeta a força probatória da confissão e, inversamente, quais as consequências a nível de valor probatório do documento quando a confissão nele contida seja nula ou anulada.

Procuramos saber como é que a jurisprudência trata os documentos com função *ad substantiam* e se pode ser reconhecida força probatória a estes.

Por último e de modo mais abstrato, questionamos quais os poderes e limites do juiz na tarefa de alcançar a verdade material e se esta deve prevalecer mesmo quando, para tal, se tenha de valorar a prova desrespeitando as regras de prova legal.

6.2. Valoração dos factos probandos contraditórios resultantes de meios de prova com força probatória legal

O primeiro acórdão analisado demonstra bem os termos do problema. O processo vem instruído com um documento autêntico (escritura pública de cessão de quotas) do qual consta que o sócio cessante já havia recebido o preço, e documentos particulares (contrato-promessa da cessão e letras) não impugnados dos quais resulta o preço ainda não ter sido pago na totalidade. Tanto a escritura como o contrato-promessa e letras fazem prova plena (art.º 371.º e art.º 376.º, ambos do C. Civ.) das declarações neles contidas e, existindo isoladamente, bastariam para que se desse como provado o pagamento ou não pagamento. Existindo ambos no processo, sem que tenha sido arguida a sua falsidade, o resultado probatório nunca pode ser aquele que é imposto pela força legal desses meios de prova, sob pena de resultarem provados factos contraditórios.

Nesta decisão fez-se apelo à referida doutrina de Vaz Serra, segundo a qual havendo um princípio de prova escrita é possível o recurso à prova testemunhal. De nossa parte, não consideramos que esta doutrina resolva a controvérsia nem nos parece que seja de aplicar ao caso concreto.

Não resolve a situação de fundo porque não explica como conciliar os factos que resultam plenamente provados da escritura e do contrato-promessa. O seu uso parece artificioso e motivado apenas para contornar a inadmissibilidade de prova testemunhal resultante dos art.º 394.º C. Civ., evitando abordar o confronto entre documento autêntico e documento particular (e que importava verdadeiramente resolver), dando como provado que o pagamento deveria ser feito através das letras que já se encontravam devidamente preenchidas com base no teor do contrato-promessa, prova testemunhal e a posição assumida pelas partes.

Nem parece aplicar-se à situação concreta por não estar em causa um “princípio de prova por escrito” como escreve aquele Professor. O que existe aqui no Acórdão em apreço são documentos que, por si só, fazem prova plena, sem ser necessário qualquer outro meio de prova complementar para prova dos factos que trazem para o processo, como sucede nos casos em que apenas é feito um começo de prova.

Entendemos que o pretendido por Vaz Serra era encontrar uma solução de consenso entre a falibilidade da prova testemunhal e a segurança oferecida pela prova documental, sempre tendo em vista o accertamento da verdade material. Para isso, propôs que fosse admitida a prova testemunhal quando existisse já um suporte documental, conseguindo-se minimizar os riscos da prova testemunhal na tarefa de aferir da realidade tal como ela aconteceu, sem que o julgador ficasse limitado ao conteúdo dos documentos. O que não admitimos é que essa posição doutrinária seja utilizada como válvula de escape para contornar a proibição dos arts.º 393.º e 394.º C. Civ. nos casos em que os factos estão plenamente provados por documentos. Ao fazê-lo, o julgador está a decidir *contra legem*, desrespeitando as normas de prova legal que, independentemente das críticas que lhes possamos apontar, subsistem na lei civil e vinculam o aplicador do direito.

Esta é uma das grandes críticas que tecemos ao primeiro acórdão, cuja solução passou por evitar, a todo o custo, a força probatória da escritura pública.

Por fim, salientamos que, embora a lei estabeleça o valor probatório de certos meios de prova, é omissa em casos de conflito positivo entre eles, nem tanto estabelece

uma hierarquia que auxilie o julgador na decisão. Não se compreende o porquê dessa omissão, nunca a prática judiciária se caracterizou pela instrução de processos com apenas um meio de prova legal ou só com recurso a meios de prova livremente valoráveis, onde aquele conflito positivo nem se coloca. A situação torna-se ainda mais problemática pois os modos de contrariar a prova legal dependem de arguição e prova pelas partes. Caso não façam uso deles, o juiz fica restringido a limitação ou exclusão da força probatória dos documentos autênticos em função dos seus sinais exteriores (art.º 372.º/3 C. Civ.) e dos documentos particulares quando estes contenham rasuras ou outros vícios externos sem a devida ressalva (art.º 376.º/3 C. Civ.).

Sem arguição e prova da falsidade ou quando o documento não apresente vícios externos, mantém-se a força probatória plena dos documentos que, a ser respeitada pode levar à contradições como a que acabamos de expor.

Desconhecemos qualquer doutrina que se tenha debruçado sobre esta problemática em concreto. Tal como na lei, a matéria de direito probatório é tratada em função dos meios de prova considerados em si mesmos, sem sequer se equacionar o confronto entre eles.

6.3. A articulação da prova documental com a prova por confissão. A falsidade de documento em confronto com a declaração de nulidade ou anulação de confissão.

Consideremos agora as situações em que consta do acervo dos meios de prova um documento, seja ele autêntico ou particular, que contém uma declaração confessória. É precisamente o que ocorre no terceiro acórdão analisado, com a escritura pública de compra e venda que contém a declaração de recebimento do preço; e no último acórdão em que a escritura pública de partilhas faz menção ao recebimento das tornas. Em ambos os casos estamos perante confissão extrajudicial escrita dirigida à outra parte e, por isso, com força probatória plena (nos termos do art.º 358.º/2 C. Civ.).

Neste aspeto nada há a apontar aos arestos na parte em que se referem ao valor probatório destes meios de prova, fazendo uma leitura coincidente com disposto nos arts.º 358.º/2 e 371.º, ambos do C. Civ., explicando que a força probatória da escritura pública apenas abrange as declarações feitas, não provando que estas correspondem à realidade, mas a confissão prova precisamente a veracidade destas declarações. Concretizando, a

escritura de compra e venda prova que o vendedor declarou ter recebido o preço e a confissão nela contida prova que isso corresponde à realidade; o mesmo quanto às tornas na escritura de partilhas.

Na nossa opinião, ambos os acórdãos falham pela leviandade com que abordam os meios de contrariar a força probatória dos documentos autênticos (valendo o mesmo raciocínio para os documentos particulares) e da confissão. Ambos apresentam a declaração de falsidade do documento e a declaração de nulidade ou anulação da confissão como possibilidades em alternativa.

A letra do art.º 347.º C. Civ é clara, daí se retirando que a prova plena só pode ser contrariada com recurso a meio de prova que mostre não ser verdadeiro o facto plenamente provado, sem prejuízo das restrições especialmente previstas na lei. Essas restrições são precisamente as constantes do art.º 372.º C. Civ (aplicável aos documentos particulares *ex vi* art.º 376.º/1 C. Civ.) e a do art.º 359.º C. Civ.

Prevendo a lei mecanismos específicos para contrariar a força probatória plena de cada um desses meios de prova, são eles que devem ser mobilizados conforme adequado a alcançar esse desiderato, consoante se trate de documento ou confissão.

Mas atentemos nas consequências práticas. Como dito, a noção de falsidade que seguimos tem por base que o documento é falso quando nele é exarado um facto que não corresponde à realidade, ou seja, a declaração de um documento como falso implica que seja feita prova dessa não correspondência entre o texto e a realidade. Já a confissão consiste na afirmação de um facto que o declarante sabe ser verdadeiro e, por isso, está em condições de reconhecer como tal. Se a escritura é falsa é porque o facto não corresponde à realidade, se não corresponde à realidade não pode ser afirmado como verdadeiro. Ou seja, a declaração de falsidade de documento tem como consequência necessária que não seja dada como provada a declaração feita pelas partes e percebida pela autoridade ou oficial público, e sem declaração não existe confissão.

Parece existir redundância na medida em que a falsidade de documento implica que não possam valer como confessórias as declarações nele contidas pelo que nem se aplica o art.º 359.º C. Civ., já que não existe confissão. Simultaneamente, a confissão declarada nula ou anulada implica necessariamente a não correspondência entre o que vem declarado no documento e a realidade, resultando na sua falsidade. Mas, se o documento vem depois a ser declarado falso com base na prova que foi feita quanto à

nulidade ou anulação da confissão, isso significa que o documento nunca poderia ter feito prova das declarações confessórias nele contidas. Não vale o argumento de que o documento só perde a sua força probatória plena depois de declarado falso. Mesmo concedendo que só a declaração de falsidade destrói a sua força probatória há que ter presente que a falsidade é uma qualidade intrínseca do próprio documento que existe desde o momento da sua elaboração, reportando-se os efeitos da declaração de falsidade a esse momento inicial. Um documento que narre acontecimentos diferentes da realidade será sempre falso, a declaração jurídica dessa falsidade é apenas o reconhecimento formal dessa falsidade.

Ao apresentar os arts.º 372.º e 359.º C. Civ. em alternativa, a jurisprudência reforça a redundância, reconhecendo que com um ou outro se alcança o mesmo fim.

Atentemos agora na redação do art.º 358.º/2 C. Civ., na parte em que dita que a confissão “considera-se provada nos termos aplicáveis a estes documentos”, só adquirindo força probatória plena “se for feita à parte contrária”. Em bom rigor, o que aqui se diz é que a declaração (de ciência) confessória fica provada nos mesmos termos que os previstos para os documentos autênticos, ou seja, fica provado o teor da declaração que, sendo feita à parte contrária adquire força probatória plena, provando que o declarado corresponde à realidade. Parece inútil a primeira parte da estatuição na medida em que todas as declarações de ciência¹⁴⁵ já se considerariam provadas ou não por força do regime previsto para os documentos autênticos e particulares, sem ser necessária esta previsão numa norma relativa à força probatória da confissão.

Seguindo o raciocínio da lei, a confissão extrajudicial escrita só tem força probatória plena se dirigida à outra parte, caso em que só a declaração de nulidade ou anulação pode destruir essa força probatória (art.º 358.º/2 e 359.º C. Civ.), mas a remissão para o regime da prova documental implica que esta declaração só se considere provada caso não tenha sido declarada a falsidade do documento pois, caso seja declarada, as consequências são as que acabámos de expor — a declaração não existe enquanto confissão.

A solução pode passar por ser removida a remissão para o regime da força probatória da prova documental pois, seguindo-se a conceção ampla de documento

¹⁴⁵ As de vontade, por definição, não podem ser declarações confessórias. Não se podem confessar efeitos jurídicos, apenas os factos que têm como consequência jurídica esses efeitos.

plasmada no art.º 362.º C. Civ., qualquer escrito é um documento e quaisquer declarações de ciência que contenha ficam provadas em função das previsões legais (art.º 371.º e 376.º C. Civ.) para este meio de prova. Essas declarações eram confessórias se delas resultar o reconhecimento de um facto como verdadeiro e terão força probatória plena se dirigidas à contra parte. É quanto basta estar estatuído na lei, sendo desnecessária a remissão do art.º 358.º/2, 1ª parte C. Civ.

Resta saber, então, a que casos se aplica o art.º 359.º C. Civ., enquanto meio específico de obstar ao valor probatório pleno da confissão. Não se aplicará aos casos de confissão extrajudicial não escrita pois esta não tem força probatória plena (art.º 358.º/3 e 4 C. Civ.), bastando que se faça contraprova nos termos do art.º 346.º C. Civ.. Igualmente, não é aplicável à confissão extrajudicial constante de documento, sob pena de se cair na redundância acabada de expor. Por exclusão, apenas se aplicará à confissão judicial escrita.

6.4. Valoração dos factos resultantes de documento ad substantiam

Consideramos a distinção entre documento com função *ad substantiam* e *ad probationem* artificiosa para efeitos de valoração de prova, na medida em que o documento que é exigido por lei para validade do negócio jurídico é simultaneamente o meio de prova das declarações de ciência a que as partes querem ver associados os efeitos jurídicos do negócio celebrado.

O art.º 607.º/5 C. Proc. Civ. aponta neste sentido ao prever que a livre apreciação não abrange factos para cuja prova a lei exija formalidade especial, leia-se forma legal (art.º 220.º C. Civ.). Igualmente, o art.º 364.º/1 C. Civ. reconhece que a falta de documento exigido por lei não pode ser suprimida senão por outro meio de prova “com força probatória superior”.

O segundo acórdão analisado é bem expressivo daquilo que pretendemos demonstrar. A ordem de compra do produto financeiro (documento particular) faz prova da aquisição e das declarações manuscritas pelo adquirente que, simultaneamente, são condições de validade dessa aquisição (só com o preenchimento da ordem naqueles precisos termos é que se tem o negócio como validamente celebrado por força do art.º 321.º CVM). O documento não tem, como se vê, uma função exclusivamente *ad substantiam*, servindo também para prova.

O mesmo raciocínio é válido para qualquer documento, autêntico ou particular, exigido por lei como forma negocial.

O segundo e quarto acórdão surgem na sequência de decisões de 1ª Instância que desconsideraram a força probatória de documentos *ad substantiam* (ordem de compra de produto financeiro e escritura pública de partilhas, respetivamente). Em ambos os casos, o Juiz de Direito motivou a decisão de facto, dando como provados factos contrários aos que resultam desses documentos com recurso a prova testemunhal, inadmissível por força do art.º 393.º C. Civ.. A violação das regras relativas à força probatória da prova documental (art.º 364.º/1 C. Civ.) e inadmissibilidade da prova testemunhal (art.º 393.º C. Civ.) foi depois corrigida em 2ª Instância e confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça em ambos os casos.

6.5. Poderes e limites do juiz na demanda pela verdade material

A função da prova é a demonstração da realidade dos factos no processo, ou seja, com ela pretende-se a demonstração da correspondência entre aquilo que é alegado e o que realmente ocorreu — feito este acerto ou esta correspondência alcança-se a verdade material. Essa demonstração da realidade carece de ser feita em cumprimento das regras de direito probatório: as que estabelecem o valor probatório de cada meio de prova e sua admissibilidade e as que regulam a sua produção no contexto do processo civil. A verdade que resulta da correspondência que o juiz faz entre a sua decisão de facto e essas previsões legais é uma verdade formal.

Idealmente, há correspondência entre os acontecimentos reais (verdade material) e o resultado probatório que se alcançou no processo, em cumprimento das regras substantivas e adjetivas em matéria de prova a que o juiz está vinculado (verdade formal).

A lei impõe vários limites ao juiz no que toca ao julgamento da matéria de facto. Em primeiro lugar, a lei predetermina o valor probatório da prova por confissão (art.º 358.º C. Civ.) e prova documental (arts.º 371.º e 376.º C. Civ.) e limita o recurso à prova testemunhal nos casos previstos no arts.º 393.º e 394.º C. Civ.. Nos casos em que a confissão e prova documental têm força probatória plena, a lei impõe que a demonstração da realidade de facto contrário ao que resulta plenamente provado por esses meios de prova se faça através de mecanismos específicos (art.º 347.º *in fine* C. Civ.) — a falsidade para a prova documental (art.º 372.º C. Civ.) e a nulidade ou anulação para a prova por

confissão (art.º 359.º C. Civ.). Em termos processuais, o art.º 607.º/5 C. Proc. Civ. exclui da livre apreciação do juiz os factos já provados por documento *ad substantiam* (arts.º 220.º e 364.º/1 C. Civ.), os já provados por documento *ad probationem* (art.º 364.º/2 C. Civ.) e os por confissão ou acordo das partes (art.º 358.º C. Civ. e art.º 567.º/2 C. Proc. Civ.). Em resumo, os limites são os que resultam das manifestações do sistema de prova legal no nosso direito.

Mas pode acontecer que a matéria de facto dada como provada em cumprimento dessas regras legais não corresponda à realidade dos factos.

Questionamos se deve a verdade formal prevalecer sobre a verdade material.

Em primeiro lugar, temos como assente que o juiz julga em obediência à lei¹⁴⁶, tanto na aplicação do direito aos factos, como na decisão da matéria de facto. Estes limites que enunciámos não podem, enquanto direito positivado, ser ignorados. A própria leitura que a doutrina e a jurisprudência fazem da lei apenas reforça a estrita vinculação do aplicador do direito ao que vem estatuído nesses preceitos e nos precisos termos em que é. A consequência é a de que a verdade que foi possível afirmar no processo não corresponda à situação de facto que realmente ocorreu.

Em segundo lugar, também não se duvida que a função do processo civil é a justa composição do litígio entre as partes e que a justiça dessa composição passa pelo accertamento da verdade material, para isso servindo a instrução do processo. É precisamente quanto a este aspeto que relevam os poderes conferidos ao juiz na busca dessa verdade. Estes poderes encontram-se, sobretudo, na lei processual e decorrem do princípio do inquisitório consagrado no art.º 411.º C. Proc. Civ., são eles: o poder de requisição oficiosa de documentos (art.º 436.º C. Proc. Civ.); o chamamento para prestar depoimento de parte (art.º 452.º/1 C. Proc. Civ.); a determinação oficiosa de perícia (art.º 467.º/1 C. Proc. Civ.); a inquirição de testemunha por iniciativa do tribunal (art.º 526.º C. Proc. Civ.); a estes se acrescentado todas as diligências probatórias que o tribunal entenda por conveniente ordenar para prova dos factos que, oficiosamente, pode conhecer. Também no Código Civil se concedem poderes ao juiz de contornar a rigidez imposta pela determinação legal da força probatória de certos meios de prova, designadamente a prova documental. Dispõe o art.º 372.º/3 C. Civ., a propósito dos documentos autênticos, que o juiz pode, oficiosamente, declarar um documento falso com base em sinais

¹⁴⁶ Art.º 203.º da Constituição da República Portuguesa

exteriores deste. Quanto aos documentos particulares, a exclusão ou redução da sua força probatória passa pela existência de notas marginais, rasuras ou palavras entrelinhadas, cabendo ao juiz determinar em que medida afetam a sua força probatória (art.º 376.º/3 C. Civ.).

Quanto aos documentos particulares não surgem dúvidas de maior, bem se entende o que são notas marginais, rasuras ou palavras entrelinhadas. Já quanto aos documentos autênticos fica por definir o que se entende por “sinais exteriores do documento” já que nem a doutrina nem a jurisprudência que conhecemos oferecem resposta. O certo é que a falsidade pode ser oficiosamente declarada, pelo que daí partimos para afirmar que, no que toca à prova documental, este é o mais amplo poder concedido ao juiz para alcançar a verdade material, libertando-se do resultado probatório imposto pelo valor legal dos documentos autênticos.

Propõe-se uma leitura ampla do art.º 372.º/3 C. Civ., tendo como limites aqueles que já resultam da lei. Concretizando, pode o juiz declarar o documento falso nos termos do n.º 2 desse artigo, sempre que consiga motivar factualmente. Vale o recurso a qualquer meio de prova apto a provar a não correspondência entre os factos exarados no documento e a realidade, pois estes já estariam ao dispor das partes num incidente normal de falsidade. Pensamos que assim se consegue o desígnio pretendido pelo legislador quando impõe que a força probatória plena seja contrariada através dos meios específicos que consagrou, sem pôr em causa a possibilidade de alcançar a verdade (material) dos factos.

É uma solução que poderia ser mobilizada em casos semelhantes aos do primeiro acórdão. Bastava ao juiz declarar a falsidade da escritura com fundamento no contrato-promessa uma vez que não é impugnado pelas partes e do cotejo dos outros meios de prova resulta precisamente que as declarações da escritura não correspondem à realidade e foram feitas por um qualquer motivo que apenas as partes conhecem. Ainda assim, o primeiro acórdão é um bom exemplo de uma tentativa de aproximação à verdade material, ainda que a custo da violação de regras legais.

Todos os outros acórdãos analisados fazem uma correção da forma como o direito probatório foi aplicado em 1ª Instância, confirmando as decisões da Relação que fazem uma aplicação simples dos preceitos legais. Por um lado, reconhece-se o mérito na aplicação dessas normas, feito de acordo com as disposições legais e interpretações doutrinárias que delas são feitas. Por outro, é patente a prevalência dada à verdade formal,

não admitindo que seja dada como provada uma verdade diferente daquela que é imposta pela lei, não se admitindo que a situação real seja outra. Não acreditamos que a valoração da prova feita pela 1ª Instância seja de ignorar, mesmo que *contra legem*. O Juiz de Direito tem um contacto imediato com as provas, que não se alcança em sede de recurso. O próprio resultado probatório predeterminado por lei é feito em vácuo, resultando os factos provados porque o legislador assim o pretendeu e não porque correspondem à verdade. Não se dúvida que a tarefa do juiz é a de alcançar a verdade material e decidir em conformidade, pelo que não se percebe a sua vinculação estrita à lei, especialmente quando convencido que a realidade é outra, e motivando racionalmente esse convencimento.

Não pretendemos, com o que até agora foi dito, advogar no sentido da eliminação de qualquer manifestação do sistema de prova legal no nosso ordenamento jurídico. O valor da segurança jurídica a ele associado é-nos indispensável. O que consideramos razoável é que se faça uma aplicação racional dos preceitos legais. Quando os meios de prova existentes no processo permitem que se alcance a verdade material, salvaguardando aquele valor da certeza e segurança jurídica, não faz sentido que o resultado probatório seja definido em função de uma sobrevalorização das regras legais que fixam a “verdade” dos factos em abstrato. Se o resultado probatório alcançado pelo juiz na apreciação dos factos é motivado, isso basta-nos para afirmar a solução como justa, ainda que contrária a força probatória legal dos meios de prova. Com o limite de apenas conceder esta liberdade ao juiz nos casos dos conflitos positivos de meios de prova, ou seja, quando diferentes meios de prova com igual valor legal revelam factos contraditórios.

Capítulo 7. Conclusão

Após o caminho percorrido, cumpre dele retirar as devidas conclusões.

A primeira parte deste estudo, de índole essencialmente teórica e expositiva, permitiu compreender qual a noção de prova e a sua função no processo civil.

Quanto a estes dois aspetos, concluímos que a lei, tanto a nível substantivo como adjetivo, é clara. A doutrina que se debruça sobre a noção de prova e a sua função, embora não sendo recente, ainda hoje se revela essencial para a compreensão destas noções essenciais, motivo pelo qual constituem a base das nossas considerações a este propósito. Trata-se de um conjunto bibliográfico coeso nas construções dogmáticas que contém, não obstante a variedade de autores.

De seguida, a análise à formação da convicção do juiz e do princípio da livre apreciação da prova permitiu aprofundar a compreensão do estado atual da valoração da prova no processo civil, revelando-se a experiência adquirida no estágio essencial quanto a este aspeto. Desta forma, conseguiu-se desenvolver esta área temática com maior rigor.

A primeira parte termina com a análise aos dois sistemas de valoração da prova — o sistema de prova livre e o sistema da prova legal — e uma apreciação crítica de cada um deles. Concluímos que o grande confronto que se desenvolve entre dois sistemas é precisamente aquele que procura o equilíbrio entre os valores da certeza ou segurança jurídica e o da realização da justiça com base na verdade material. O ordenamento jurídico português não adota um nem outro em absoluto, mas antes, tal como o direito italiano (que analisámos como exemplo), combina aspetos de ambos os sistemas.

É precisamente sobre os aspetos da prova legal existentes no direito português que nos debruçamos na segunda parte do relatório. Tratamos da confissão e prova documental enquanto meios de prova a que a lei atribui força probatória plena e dos casos de inadmissibilidade de prova testemunhal, também eles determinados em função de uma intenção legislativa específica sobre meios de prova. Embora não diretamente relacionado, mas com relevância para o nosso objeto de estudo, tecemos algumas considerações sobre o valor probatório de documentos exigidos por lei para dar forma a negócios jurídicos.

A análise sobre estes temas parte da lei, da doutrina e da forma como são abordados na jurisprudência selecionada, que consideramos expressiva e relevante da realidade prática na aplicação desses preceitos e da dogmática.

A final, enunciamos as questões que nos surgiram na sequência da apreciação crítica do direito probatório quanto aos aspetos tratados.

Mais do que oferecer soluções, procurámos trazer para a discussão um conjunto de problemáticas relevantes que não vimos tratadas em lugar algum, oferecendo a nossa visão sobre essas questões, procurando fomentar um pensamento crítico em quem queira debruçar-se sobre elas, tal como nós o fizemos.

Por último, podemos resumir tudo quanto foi exposto na ideia de que o atual sistema de direito probatório é coeso na generalidade, pecando apenas nos aspetos concretos que salientámos. No confronto entre verdade material e formal, a última costuma vencer, relembrando o ultrapassado positivismo jurídico que, ao que nos parece, teima em se manifestar na aplicação do direito probatório. No entanto, como dissemos, não propugnamos pela eliminação de toda e qualquer manifestação do sistema de prova legal, apenas reclamamos a sua aplicação racional.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES GERALDES, António, *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, Almedina, 2018, ISBN 978-972-40-7539-6

ANDRADE, Manuel de, *Noções elementares de Processo Civil*, 1ª Edição, FDUC, ISBN 972-32-0626-9

ANTUNES VARELA, João, *Código Civil Anotado Volume I*, 4ª Edição, Coimbra Editora, 1987, ISBN 972-003-2000-37-3

ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, 2ª Edição, Coimbra Editora, 1985, ISBN 972-32-0108-9

ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, 2ª Edição, Coimbra Editora, 1985, ISBN 972-003-2001-08-0

BARBOSA CRUZ, Rita, *Comentário ao Código Civil: Parte Geral*, Universidade Católica Editora, 2014, ISBN 978-972-54-0423-2

CALHEIROS, Maria Clara, *Para uma Teoria da Prova*, 1ª Edição, Coimbra Editora, 2015, ISBN 978-989-96672-5-9

CASTRO MENDES, João, *Do conceito de prova em processo civil*, Ática, 1961, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

CASTRO MENDES, João, *Direito Processual Civil Volume II*, AAFDL, 1987, ISBN 560-693-9000-78-1

COMOGLIO, Luigi, *Trattato di Diritto Privato — Tutela dei Diritti, Volume 19*, 2ª Edição, UTET, 1997, ISBN 88-02-05162-3

FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos I*, 5ª Edição, Almedina, 2013, ISBN 978-972-40-5063-8

FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos V*, 6ª Edição, Almedina, 2013, ISBN 978-972-40-7143-5

FRANÇA GOUVEIA, Mariana, *Provas in Revista Themis, N° Especial (2008)*, Almedina, ISBN 978-972-40-3534-

GONÇALVES SAMPAIO, José, *A prova por documentos particulares: na lei, na doutrina e na jurisprudência*, 3ª Edição, Almedina, 2010, ISBN 978-972-40-3969-5

GOUVEIA, Rita, *Comentário ao Código Civil: Parte Geral*, Universidade Católica Editora, 2014, ISBN 978-972-54-0423-2

LEBRE DE FREITAS, José, *A confissão no Direito Probatório: um estudo de direito positivo*, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2013, ISBN 978-972-32-2038-4

LEBRE DE FREITAS, José, *A Falsidade no Direito Probatório*, 2ª Edição, Almedina, 2013, ISBN 978-972-40-5006-5

LEBRE DE FREITAS, José, *A Ação Declarativa Comum*, 4ª Edição, Gestlegal, 2017, ISBN 978-989-99824-2-0

LEBRE DE FREITAS, José, *Código de Processo Civil Anotado, Vol 2º*, 3ª Edição, Almeida, 2017, ISBN 978-972-32-7055-1

LEBRE DE FREITAS, José, *Introdução ao Processo Civil*, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2013, ISBN 978-972-32-2201-2

LIEBMAN, Enrico Tullio, *Manuale di diritto processuale civile: Principi*, 5ª ed., Milano: Giuffrè, 1992, ISBN 88-14-03760-4

BIBLIOGRAFIA

MANDRIOLI, Crisanto, *Corso di Diritto Processuale Civile, Vol. I Nozioni introduttive e disposizioni generali*, 12ª Edição, Giappichelli Editore, 1998, ISBN 88-348-8102-8

MANDRIOLI, Crisanto, *Corso di Diritto Processuale Civile, Vol. II Nozioni introduttive e disposizioni generali*, 12ª Edição, Giappichelli Editore, 1998, ISBN 88-348-8101-X

MENEZES CORDEIRO, António, *Tratado de Direito Civil Português, Volume I, Tomo I*, 4ª Edição, Almedina, 2019, ISBN 978-972-40-4776-8

MENEZES CORDEIRO, António, *Tratado de Direito Civil Português, Volume II, Tomo II*, Almedina, 2010, ISBN 978-972-40-4100-1

MONTESANO, Luigi, *Diritto Processuale Civile Volume II*, 3ª Edição, Giappichelli Editore, 1999, ISBN 88-348-9242-9

MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 7ª Edição, Almedina, 2020, ISBN 978-972-40-8340-7

MOTA PINTO, Carlos, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª Edição, Coimbra Editora, 2005, ISBN 972-32-1325-7

OLIVEIRA ASCENSÃO, José, *Direito Civil — Teoria Geral Volume II*, Coimbra Editora, 2002, ISBN 972-32-0802-4

PAIS DE AMARAL, Jorge, *Direito Processual Civil*, 12ª Edição, Almedina, 2015, ISBN 978-972-40-5952-5

PAIS DE VASCONCELOS, Pedro, *Teoria Geral do Direito Civil*, 9ª Edição, Almedina, 2019, ISBN 978-972-40-8184-7

PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *Os Meios de Prova em Processo Civil*, 3ª Edição, Almedina, 2017, ISBN 978-972-40-7020-9

PEREIRA RODRIGUES, Fernando, *A Prova em Direito Civil*, Coimbra Editora, 2011, ISBN 978-972-32-1922-7

PUNZI, Carmine, *Diritto Processuale Civile*, 12ª Edição, CEDAM; 1996, ISBN 88-13-19610-5

RAMOS DE FARIA, Paulo, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil: os artigos da reforma, Volume 2*, Almedina, 2014, ISBN 978-972-40-4109-4

REDENTI, Enrico, *Diritto Processuale Civile Volume 2*, 4ª Edição, Giuffè, 1997, ISBN 88-14-05368-5

ROTA, Fabio, *Commentario sistematico al codice di procedura civile*, 3ª Edição, Casa Editrice La Tribuna, 2010, ISBN 978-88-6132-417-6

SERRA, Adriano Vaz, *Provas (direito probatório material)*, Lisboa, 1962

SERRA, Adriano Vaz, *Provas in Boletim do Ministério da Justiça*, nº.s 110, 111 e 112

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *A livre apreciação da prova em processo civil*, “*Scientia Iuridica*”, Tomo XXXIII, 1984, ISSN 0870-8185

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, Lex, 1995, ISBN 972-9495-42-4

TOMÉ GOMES, Manuel, *Um olhar sobre a prova em demanda da verdade em processo civil in Revista do Centro de Estudos Judiciários*, nº 3 (2005) ISSN 1645-829X

JURISPRUDÊNCIA

Jurisprudência Principal:

Acórdão do STJ de 2 de março de 2011, Proc. n.º 758/06.3TBCBR-B.P1.S1, Relator Alves Velho, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 3 de fevereiro de 2005, Proc. n.º 04B4468, Relator Oliveira Barros, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 30 de maio de 2019, Proc. n.º 22244/16.3T8LSB.L1.S1, Relatora Maria da Graça Trigo, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 6 de dezembro de 2011, Proc. n.º 2916/06.1TACB.C1.S1, Relator Gregório da Silva Jesus, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 22 de janeiro de 2013, Proc. n.º 376/08.1TBOFR-A.C1, Relator Nuno Cameira, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 14 de maio de 2019, Proc. n.º 995/13.4TVLSB.L1.S1, Relator Raimundo Queirós, disponível www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 14 de maio de 2019, Proc. n.º 930/12.7TBPVZ.P1.S1, Relator Raimundo Queirós, disponível em www.dgsi.pt

Outra Jurisprudência:

Acórdão do STJ de 23 de setembro de 2008, Proc. n.º 08B1711, Relator Serra Baptista, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 2 de março de 2011, Proc. n.º 888/07.4TBPTL.G1, Relator João Bernardo, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 18 de abril de 2002, Proc. n.º 02B717, Relator Ferreira de Almeida, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 2 de março de 2011, Proc. n.º 606/05.1TBCBR.C1.S1, Relator João Camilo, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 9 de janeiro de 2018, Proc. n.º 8470/15.6T8CBR.C1, Relator Falcão de Magalhães, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 4 de julho de 2019, Proc. n.º 113/17.0T8CNF.C1.S1, Relator Acácio das Neves, disponível em www.dgsi.pt

Acórdão do STJ de 6 de setembro de 2011, Proc. n.º 147/10.5TBPNL.C1, Relator Carlos Querido, disponível em www.dgsi.pt

ÍNDICE

Capítulo Introdutório — O Relatório e o Tribunal	19
1. O Relatório	19
2. O Estágio	20
PARTE I	21
Capítulo 1. A Prova No Processo Civil Português	23
1.1. Noção e Função	23
1.2. Graus de Eficácia da Prova	26
1.3. Objeto da Instrução	27
Capítulo 2. A Apreciação da Prova no Processo Civil Português	29
2.1. A Formação da Convicção do Juiz	29
2.2. O Princípio da Livre Apreciação da Prova	32
Capítulo 3. A Prova no Processo Civil Italiano	35
3.1. Noção e Função	35
3.2. Graus de Eficácia da Prova	36
3.3. O Princípio da Livre Apreciação da Prova — Art.º 116.º C. Proc. Civ. Ita.	37
Capítulo 4. Sistemas de Valoração da Prova	39
4.1. Prova Legal ou Tarifada	39
4.1.1. Apreciação Crítica do Sistema de Prova Legal	41
4.2. Prova Livre	42
4.2.1. Apreciação Crítica do Sistema de Prova Livre	43
PARTE II	45
Capítulo 1. Confissão	47
1.1. Noção	47
1.2. Força Probatória	48
1.3. Modo de Contrariar a Força Probatória	49
Capítulo 2. Prova Documental	51
2.1. Noção	51
2.2. Documentos Autênticos e Documentos Particulares	51
2.2.1. Noção	51
2.2.2 Força Probatória	52

2.3. Modo de Contrariar a Força Probatória Plena	53
Capítulo 3. Inadmissibilidade da Prova Testemunhal	57
Capítulo 4. O Valor Probatório da Forma Negocial	59
Capítulo 5. A Aplicação do Direito Probatório na Jurisprudência	61
5.1. Acórdão do STJ Proc. 758/06.TBCBR-B.P1.S1	61
5.2. Acórdão STJ Proc. 22244/16.3T8LSB.L1.S1	63
5.3. Acórdão do STJ Proc. 2916/06.1TACB.C1.S1	67
5.4. Acórdão STJ Proc. 995/13.4TVLSB.L1.S1	68
5.5 Acórdão do STJ Proc. 930/12.7TBPVZ.P1.S1	70
Capítulo 6. Apreciação Crítica Global — Da Lei, Doutrina e Jurisprudência	73
6.1. Enunciado Geral	73
6.2. Valoração dos factos probandos contraditórios resultantes de meios de prova com força probatória legal	73
6.3. A articulação da prova documental com a prova por confissão. A falsidade de documento em confronto com a declaração de nulidade ou anulação de confissão.	75
6.4. Valoração dos factos resultantes de documento ad substantiam	78
6.5. Poderes e limites do juiz na demanda pela verdade material	79
Capítulo 7. Conclusão	83
BIBLIOGRAFIA	85
JURISPRUDÊNCIA	89
ÍNDICE	91